



Anais da Assembleia

Nº 036

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 25.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colação (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Dobrandino da Silva, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Nilton César Servo e Severino Félix (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/110/91, do Senhor Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa, o Projeto de Lei nº 002/91. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/113 e 114/91, do

Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de lei nºs: 019/91: Do Poder Executivo, que cria no quadro de pessoal regido pela CLT, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, os empregos que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.582. Anote-se - Arqueve-se.

016/91: De autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Instituto Monte Sinai de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.583. Anote-se - Arqueve-se.

OFÍCIO Nº 006/91

Curitiba, 10 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Através do presente, dirijo-me a Vossa Excelência, no sentido de efetivar as modificações nas Comissões Permanentes, na forma que se segue:

1 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações - Deputado Renato Adur assume como titular, no lugar do Deputado Artagão Mattos Leão e o Deputado Eurides Moura como suplente, no lugar do Deputado Renato Adur.

2 - Comissão de Orçamento - Deputado José Tavares, como suplente, na vaga do Deputado Artagão Mattos Leão.

3 - Comissão de Constituição e Justiça - Deputado Eurides Moura, como suplente, na vaga do Deputado Artagão Mattos Leão.

4 - Comissão de Redação - Deputado Eurides Moura, como titular, na vaga do Deputado Artagão Mattos Leão.

5 - Comissão de Turismo - Deputado Eurides Moura, como suplente, na vaga do Deputado Artagão Mattos Leão.

Sendo o que se apresenta, colho do ensejo para renovar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Líder do Governo e PMDB.

OFÍCIO Nº 046/91

Curitiba, 15 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Partido de Reconstrução Nacional - PRN, vem perante Vossa Excelência, proceder a indicação dos Senhores Deputados Domingos Faustino de Carvalho, Arlindo Troian e Lourenço Fregonese para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da

Saúde, e para suplentes, respectivamente, os Senhores Mário Bezerra, Luiz Carlos Alborghetti e Nelson Justus.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos votos de elevadíssima consideração e apreço.

(a) VALDIR ROSSONI.

Líder do PRN.

OFÍCIO N° 039/91

Curitiba, 15 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Partido da Reconstrução Nacional - PRN, vem perante Vossa Excelência, proceder a indicação dos Senhores Deputados Mário Bezerra e Nelson Justus, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro Estadual, e para Suplentes, respectivamente, os Senhores Deputados Domingos Faustino de Carvalho e Lourenço Fregonese.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos votos de elevadíssima consideração e apreço.

(a) VALDIR ROSSONI.

Líder do PRN.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 29/91, oriundo da Mensagem Governamental n° 006/91, que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 à Secretaria de Estado da Saúde, para a construção de um Ambulatório para o Hospital Universitário de Londrina, Mensagem esta solicitada pelo Senhor Governador do início de seu Governo para análise e posteriormente devolvida a esta Casa de Leis para cumprir seu trâmite legal, na sessão do dia 16 de abril de 1991.

A solicitação em questão, em caráter de emergência, é devida por ser o Projeto de grande necessidade e alcance social, já estando em regime de urgência, e ainda constar pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

REQUERIMENTO N° 752

O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO PARANÁ
PRONUNCIAMENTO DO

DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO

Senhor Presidente.

Diz a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 1°, que o organismo estatal, representando a sociedade, proclama e assegura a dignidade da pessoa humana,

adotando o princípio de respeito à sua inviolabilidade, além de garantir a aplicação da Justiça.

É tempo pois, como representante do povo soberano do Paraná, de trazer à consideração de Vossas Excelências os graves problemas da segurança pública, que - segundo a própria Constituição não se esgotam no aparelho estatal, por serem direito e responsabilidade conjunta de todos os membros de nossa sociedade.

Mas, acentua a Carta Política que votamos nesta Casa, em seu artigo 46, "A Segurança Pública é dever do Estado"...sobretudo, dever do Estado.

Em séculos passados, quando eram discutidas as idéias que formaram nosso modo de viver civilizado e democrático, os pensadores insistiram que o primeiro dever do Estado era garantir a ordem pública, para assegurar às pessoas o direito à vida e ao patrimônio. Embora os sistemas de organização social tenham assumido inúmeras responsabilidades adicionais, quero crer que mantenham esse compromisso inicial e definitivo, porque só o Estado pode manter a ordem pública.

Ocorre que entre nós os padrões de Segurança Pública têm decaído continuamente e se faz a hora de discutirmos os problemas e soluções possíveis. As considerações que trago a esta Assembléia estão embasadas não apenas no mais sólido interesse público, como na minha experiência de cidadão investido da responsabilidade do mandato que confere a mais ampla competência para deliberar sobre os negócios do Estado.

O que vemos, senão uma organização policial - seja na Polícia Civil quanto na Polícia Militar - defasado em relação às exigências de uma população que cresceu para nove milhões de membros, se urbanizou, alterou seus padrões e costumes, tudo num país em permanente transformação?

Enquanto o crime não respeita divisas interestaduais e salta fronteiras de nações, a autoridade pública se posta inerte, porque a articulação entre as polícias estaduais é frouxa; a cooperação com o aparelho policial federal só agora começa e, o entrosamento sobre as fronteiras não passou de uma seqüência inicial de reuniões de intenção.

Não obstante essa realidade desfavorável, aqui dentro de nosso território ainda observamos outras dificuldades.

A realidade das prisões mantidas no território paranaense assinala uma insuficiência de vagas que se traduz pela permanência dos presos e condenados nas precárias celas de carceragem das Delegacias de Polícia, facilitando fugas e dificultando a aplicação da lei penal.

Ainda, o processo penal e as insufi-

ciências de sua execução levam a que os crimes sejam julgados dez a doze anos após sua ocorrência; inclusive com o registro de homicidas que não foram levados a julgamento há uma década depois do fato delituoso, em Curitiba, conforme assinalou o juiz presidente do 2º Tribunal do Júri.

Milhares de mandados de prisões acumulam-se sem cumprimento nas delegacias especializadas, mesmo porque não haveria lugar para o recolhimento dessas pessoas nas penitenciárias estaduais.

Temos essa situação objetiva que, não é favorável. Mas o que fazemos para amenizá-la? Na Polícia Militar as funções não são preenchidas; as viaturas estão deficientes em número e manutenção, as delegacias de polícia do interior "estão em estado pior do que as escolas", como reconheceu o próprio governador do Estado.

Pelo nosso regime constitucional, enquanto a Polícia Civil executa as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais - portanto - um organismo policial de investigação - a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo cabem à Polícia Militar.

Mas, ao tempo em que conferia essa importante função à corporação policial fardada e militarizada, a Constituição lhe conferiu outras atividades, ou manteve as que historicamente a PM praticava, como o policiamento do trânsito, a defesa civil, a prestação de socorros públicos e combate a incêndios, o policiamento de florestas e mananciais "além de outras formas de funções definidas em lei".

Quer dizer, atribui-se à Polícia Militar uma soma tão vasta de funções que ela se torna incapaz de exercer a função relevante e principal para que foi instituída: a manutenção da ordem pública.

Quero chamar a atenção de Vossas Excelências para fatos nessa linha, que é preciso rapidamente corrigir, ao lado de outros como a notória insuficiência de vencimentos em benefício do praça, o soldado que faz o policiamento de rua e que merece nosso maior acatamento.

Sob o objetivo alegado de compensar as rondas que antigamente eram feitas pelas duplas de policiais a pé, ou em viaturas motorizadas as históricas "rádio-patruilhas" - a Polícia Militar passou a promover "blitz" de policiamento de trânsito, ou de policiamento preventivo, em determinadas ruas e locais da cidade.

Arma-se todo um aparato, bloqueando uma via pública em horário e locais inoportunos para a abordagem de cada passante ou cada motorista.

Quando o incômodo do cidadão se resume à insuficiência de sinalização de uma "blitz" noturna ou à demora na verificação dos documentos o problema é de menor mon-

ta. Ocorre que, por circunstâncias agravantes de treinamento inadequado ou prevalência do autoritarismo canhestro do período não democrático, a forma de abordagem pode se tornar perigosa.

Inúmeras mortes têm sido praticadas nessas barreiras policiais, ou em situações semelhantes, tanto na capital quanto no interior do Estado. Tais ocorrências, sobre dolorosas e chocantes, ainda vão prejudicar o conjunto da população, porque fatalmente o Estado do Paraná será chamado a ressarcir o dano decorrente da perda de uma vida humana, com a indenização dos familiares das vítimas.

O que precisa ficar gravado é que tais abordagens policiais têm que ser contidas, sob pena de continuarem a nos caracterizar como um povo semibárbaro, que não respeita a dignidade da pessoa humana inscrita em seus fundamentos políticos.

Winston Churchill, o grande líder inglês que salvou a civilização nas duras contingências da "Batalha da Inglaterra" em 1940, definia pitorescamente a Democracia como o regime em que um cidadão não tem o que temer quando vê um policial em ronda, a menos que possua débitos com a Justiça.

Está na hora de, no romper do século vinte e um, podermos proclamar o mesmo ditado do estadista britânico; adotando práticas e vigilância que inibam a violência policial tanto quanto queremos mantida a segurança geral da população.

Para isso é fundamental exigir uma adequação da Polícia Militar às suas funções originais. Atividades que não são típicas de polícia e que configurem proteção especial a firmas e grupos particulares devem ter um ressarcimento adequado.

Ao mesmo tempo, cumpre deduzir os efetivos empregados em missões que não digam respeito a essa finalidade principal, por mais louváveis que sejam, ou então atribuídos a quadros femininos, organizações auxiliares, etc.

Polícia tem que estar nas ruas, disciplinada, educada, ostensiva, presente. Funções nos parques, nos clubes, outras, inclusive na área florestal e de trânsito, têm que ser revistas e redefinidas, por mais que protestem os autores da generosa Constituição cujos ideais são mais amplos do que a capacidade da nação de concretizá-los.

Mas policiamento deve ser exercido por profissionais bem pagos, bem assistidos, bem treinados, bem equipados. Devemos revistar tudo, desde a etapa de alimentação até o uniforme que é atribuído a cada praça.

O governador do Estado, que recentemente assumiu conosco a co-responsabilidade de conduzir o Paraná, declarou que vai

se empenhar por investimentos para equipamento, comunicação e treinamento da força policial, postergando o ingresso de novos servidores para a área.

É oportuno reclamar que, nessa revisão, seja providenciada a volta dos módulos policiais, que foram concebidos justamente para aproximar a polícia da comunidade. Seriam "postos policiais de socorro familiar", planejados para funcionar como uma rede de unidades de policiamento territorial, em conexão com viaturas que estariam patrulhando os bairros continuamente.

Hoje os módulos estão fechados e as viaturas sucateadas enquanto a polícia só aparece para as aparatosas "blitz" tão criticadas.

Precisamos repensar globalmente a Segurança Pública no Paraná: desde a redefinição das funções não típicas de polícia, passando pela valorização do treinamento na escola policial que agora passa a ser valorizada, circulando pela agilização de recursos transferidos e enfatizando a função eminentemente civil da força policial, mesmo quando seus elementos são fardados.

Creio poder proclamar, em nome dos meus Pares, que esta Casa está pronta a considerar iniciativas sérias e oportunas da Administração Estadual nesta linha. Que elas venham com a brevidade reclamada pelo interesse público.

Requeiro, ouvida a Casa, o envio desse pronunciamento ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Secretário de Segurança Pública e ao Senhor Comandante da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 728

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após a aprovação em plenário, REQUERER a instalação de Comissão Especial desta Casa de Leis, com 5 (cinco) membros e prazo de duração igual ao da C.P.I. do Congresso Nacional, para receber denúncias de fraudes praticadas contra a Previdência Social no Estado do Paraná e encaminhá-las à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional instaurada para apurar as irregularidades praticadas em detrimento do INSS.

REQUER, ainda, que da aprovação do presente seja dado ciência aos principais órgãos de Imprensa do Estado, através do Departamento de Divulgação, para que a medida chegue ao conhecimento da população.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Congresso Nacional, instalou recentemente Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fraudes praticadas contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, antigamente denominado INPS. Desta C.P.I. fazem parte três paranaenses, o Senador AFONSO CAMARGO e os Deputados LUIZ CARLOS HAULY e REINOLDS STEPHANES.

Esta Casa, a nosso ver, não pode ficar alheia aos acontecimentos, devendo constituir-se em um verdadeiro canal de comunicação entre a sociedade paranaense e a C.P.I. do Congresso Nacional, pois no Estado do Paraná as coisas não são diferentes e informações veiculadas pela Imprensa dão conta de um prejuízo de mais de cem milhões de cruzeiros.

Acreditamos, nobres Deputados, que se a sociedade paranaense se mobilizar, contando com o apoio desta Casa para que as denúncias cheguem ao Congresso Nacional, muitas fraudes mais virão à tona e estaremos prestando significativa colaboração aos colegas Deputados Federais, independentemente de filiação partidária.

Por estas razões, conto com o apoio dos colegas para a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 716

Senhor Presidente.

O Deputado BASÍLIO ZANUSSO, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MELVI BERNARDES, ocorrido no dia 08 próximo passado, na cidade de São Jorge do Ivaí.

Requer ainda, que do presente, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Melvi Bernardes, faleceu em 08 de abril do corrente ano, aos 62 anos de idade, deixando 06 (seis) filhos. Desde o ano de 1951 estava radicado na cidade de São Jorge do Ivaí, cidade que escolheu para viver até seus últimos dias. Exerceu a função de Funcionário Público na Prefeitura Municipal e Motorista da Ambulância no Hospital, sempre demonstrando ter sido um funcionário exemplar, zeloso pelo cumprimento de suas obrigações, o que lhe valeu o reconhecimento da comunidade, que o elegeu vereador do município, possibilitando atuação condizente com as aspirações da coletividade no exercício da função pública.

REQUERIMENTO N° 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ASSUNTA OLIANE POLTRONIERI, ocorrido no dia 13 de abril do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares:

Filhos:

OLINDA POLTRONIERI JEAN DOMINGOS

EMÍLIA POLTRONIERI PEREIRA

JOSÉ POLTRONIERI

OLGA POLTRONIERI DOS SANTOS

ZÉLIA POLTRONIERI

NAIR POLTRONIERI DOS SANTOS

MARIA POLTRONIERI

WILSON JEAN DOMINGOS (Genro)

Endereço: Rua Porto Alegre, 420 - Cep. 86.860 - Jardim Alegre - Pr.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 745

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando das atribuições que lhes confere o Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUEREM, após ouvido o Soberano Plenário, a consignação de VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo infausto passamento do Doutor CAIO LÚCIO TRAMUJAS, de tradicional família parnanguara, onde residia e gozava admiração e do respeito daqueles que obtiveram o prazer de com Ele conviver, vítima que foi de um acidente automobilístico ocorrido no último dia 13 (sábado).

Requerem, outrossim, que seja dado ciência à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(aa) ANIBAL KHURY e
LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 723

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao recém-empossado Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, LBA, Senhor OSNI RIBAS.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Empossado na LBA, como Superintendente, OSNI RIBAS, é um administrador público sério, correto e dedicado.

Neste Poder, tivemos relações estreitas com o Dr. Osni Ribas e convivemos com demonstrações inequívocas de probidade e transparência na gestão do serviço público - nas muitas atividades que já desenvolveu.

Por estas razões e pelo trabalho de

cunho social que se propõe a desenvolver na LBA, é que nos congratulamos com o Dr. Osni Ribas.

Que do teor do presente seja dada ciência à Presidente da LBA, dona Rosane Collor de Mello.

REQUERIMENTO N° 722

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Senhor LÚCIO DA COSTA BORGES, pelo lançamento do livro A Imigração Italiana em Morretes.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Como justamente afirmou Luís Pilotto, prefaciando o livro em questão, "Com fidelidade histórica, emoção afetiva a exaltação cívica, Lúcio Borges, pela segunda vez, busca no fundo das arcas de dantes, e de seu coração, dignidades a serem honradas diante dos méritos dos quais se revestem. Seu primeiro livro - O Marumbi por Testemunha, - já revelou a inclinação que possui o autor de narrar acontecimentos, com singeleza mas celsitude, como vigilante salvaguarda intelectual das tradições e da popularidade dos fatos de sua terra, e da sua gente."

Com A Imigração Italiana em Morretes, Lúcio da Costa Borges, presta um grande serviço à história da nossa colonização e à memória da migração italiana. Por esta razão, pelo seu trabalho dedicado e valioso, merece os aplausos deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, o envio de Telex ao Excelentíssimo Presidente Fernando Collor, ao Governador Roberto Requião, Ministro da Agricultura, Presidente do INCRA e Secretário Estadual de Segurança, solicitando a sustação da ação de reintegração de posse concedida pelo Juiz Shiroshi Yendo, da 2ª Vara Criminal de Maringá, da Fazenda Pontal do Tigre, no município de Querência do Norte, possibilitando a abertura de negociação para desapropriação, objetivando a sua titulação em nome dos seus atuais ocupantes, que são 250 famílias, que se encontram produzindo desde 1988.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Doutor Rosinha, Domingos Carvalho e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Governador do Estado no sentido de ser instalada a CIRETRAN no município de Jaguariaíva, na região do Norte Pioneiro Paranaense.

Este pedido se faz procedente porque Jaguariaíva, considera "o portal do Norte Pioneiro", por situar-se na confluência entre essa e a Região dos Campos Gerais, ostenta um índice de crescimento positivo diante da crescente industrialização regional, polarizando diversos municípios dotados de uma frota de veículos que aumenta a cada dia. A presença da Circunscrição Regional de Trânsito permite a prestação de um serviço ágil e qualificado por parte do Poder Público Estadual a essa população que trabalha pela integração e desenvolvimento dessa região pioneira de nosso Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 743

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, REQUERER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador LUIZ RENATO PEDROSO, solicitando a elaboração de estudos visando a elevação da Comarca de Mandaguari para Entrância Intermediária.

Na oportunidade esclarecemos que a Prefeitura Municipal se predispõe a dar todo o apoio necessário para a medida inclusive auxiliando nas obras de ampliação do prédio do Fórum local, se necessário for, bem como moradias para Promotores e Juizes.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Mandaguari conta hoje com cerca de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, sendo a mais antiga da região, cuja cidade é uma das que mais se desenvolveram nos últimos anos.

Para se ter uma idéia do crescimento de Mandaguari, somente nos dois últimos anos foram implantados no Município, mais de 40 (quarenta) indústrias, totalizando mais de 700 (setecentas) empresas nos diversos setores, e autorizados 8 (oito) loteamentos.

Em que pese o punjante crescimento do Município, Mandaguari conta com apenas um Juiz de Direito, o que tem ocasionado sensível acúmulo de trabalho, motivando o atraso no andamento de processos.

Curitiba, segunda, em 15.04.91

Por estas razões e estando o Município disposto a arcar com parte dos custos para elevação da Comarca de Mandaguari à Entrância Intermediária, cremos plenamente justificável o presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio do expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a Creche Menino Jesus, em Santa Eliza - Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidenta Noemia Antunes Salesse, na Prefeitura Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Menino Jesus - Sta. Eliza, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 721

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à Secretária Estadual da Cultura, antropóloga Gilda Poli da Rocha Loures, solicitando a avaliação da possibilidade de doação de instrumentos musicais para formação de uma banda ou fanfarra, na Escola Estadual Mirazinha Braga - Ensino de 1° Grau.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Todos bem sabemos da importância da música na formação dos cidadãos e, principalmente, os aspectos positivos dela advindos para a educação.

Nesse sentido, há algum tempo a Escola em questão vem desenvolvendo trabalho com a comunidade escolar, a fim de despertar o interesse pela música, como expressão artística. Entretanto, o trabalho não pode prosseguir pela falta de instrumentos para a prática pelos alunos.

Sabendo do interesse da Secretaria da Cultura em apoiar e estimular tais manifestações e iniciativas, confiamos no auxílio dentro das possibilidades.

Que do teor do presente dê-se ciência à diretora da Escola Estadual Mirazinha Braga.

REQUERIMENTO N° 715

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após aprovação em Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado ROBERTO REQUIÃO, solicitando instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Lupionópolis, que atenderá, também, os Municípios de Centenário do Sul, Santo Inácio e Cafeara.

Sala das Sessões em 15.04.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O município de Lupionópolis, localizado na divisa com o vizinho Estado de São Paulo, às margens do Rio Paranapanema, distante 60 Km de Londrina e 70 Km de Maringá, assim como seus vizinhos, não possui qualquer tipo de equipamento de combate a incêndio e salvamento especializado. Tal situação decorre da política para o setor, até então adotada, que privilegia somente os grandes municípios, como se os pequenos não tivessem problemas daquela natureza.

A unidade de Corpo de Bombeiros, caso criada, atenderá a uma população de 35 mil habitantes, dando-lhes maior segurança e tranquilidade.

Assim, contamos com o apoio dos demais Deputados para a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião Governador do Estado do Paraná, solicitando liberação de verbas no montante de 15 milhões de cruzeiros para o Conselho Comunitário de Ibiporã.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoio:

Ademar Traiano, Rossoni, Nelson Justus, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Ilustríssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião verbas no montante de 15 milhões de cruzeiros para o Conselho Comunitário de Segurança de Ivaiporã.

É fundamental que o bem-estar das comunidades politicamente organizadas seja garantido através de eficiente aparelhamento dos órgãos encarregados da segurança pública; é por este motivo que a população do município de Ibiporã está solicitando a verba acima mencionada, visando equipar-se de meios eficientes que propiciem melhorias na área de segurança deste progressista Município do norte paranaense, que tanto tem dado de sua pujança para o engrandecimento do Paraná.

Assim sendo, por revestir-se a presente reivindicação da maior urgência, finalizamos, certos de que Ibiporã não será esquecida relativamente ao atendimento desta sua justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião Governador do Estado do Paraná, solicitando liberação de verbas no montante de 100 milhões de cruzeiros para ser repassada ao Conselho Comunitário de Segurança de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoio:

Ademar Traiano, Rossoni, Nelson Justus, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Ilustríssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião, verbas no montante de 100 milhões de cruzeiros para o Conselho Comunitário de Segurança de Londrina.

Segurança Pública é mais uma das necessidades prioritárias de uma sociedade organizada; o bem-estar dos seus contribuintes é o objetivo maior do Estado, e o aparelhamento adequado dos órgãos encarregados da segurança pública é essencial ao bom cumprimento de sua função-dever que é a de proteger aqueles que lutam por um Paraná melhor, contra aqueles que, por motivos os mais diversos, vivem à margem da sociedade; a compra de carros, armamentos, motos, ambulâncias e outras melhorias na área de segurança pública é de fundamental importância para dar continuidade ao crescimento ordenado e seguro de Londrina, o segundo Município mais importante do Estado, sempre visando a construção de um presente que garanta a londrinenses um futuro onde a segurança pública seja tão eficiente quanto a sua pujança e capacidade de engrandecer o Paraná.

Assim, pela imprescindível urgência da reivindicação ora abordada, finalizamos, certos de que seremos atendidos no que se

refere a esta justa solicitação do povo de Londrina.

REQUERIMENTO N° 750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião Governador do Estado do Paraná, solicitando liberação de verbas no montante de 15 milhões de cruzeiros para serem repassados ao Conselho Comunitário de Segurança de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento:

Ademar Traiano, Rossoni, Nelson Justus, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Ilustríssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião verbas para o Conselho Comunitário de Segurança de Jataizinho.

Mais uma vez o Poder Público Estadual depara-se com a urgente necessidade de equipar órgãos municipais encarregados da Segurança Pública de meios eficientes para a proteção da comunidade organizada; esta é a reivindicação da população de Jataizinho que, em busca de seu bem-estar, solicita melhorias na área de segurança.

Assim sendo, por ser justa e urgente a reivindicação, finalizamos, certos de que o município de Jataizinho será devidamente atendido em seu pleito.

REQUERIMENTO N° 747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião Governador do Estado do Paraná, solicitando liberação de verbas no valor de 30 milhões de cruzeiros para ser repassada ao Conselho Comunitário de Segurança de Rolândia.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento:

Ademar Traiano, Rossoni, Nelson Justus, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Ilustríssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião, a liberação de verbas no valor de 30 milhões de cruzeiros para ser repassada ao Conselho Comunitário de Segurança de Rolândia.

A necessidade de melhorias na área de segurança pública é uma prioridade que não pode ser protelada em razão de quaisquer outros interesses; o aparelhamento adequa-

do dos órgãos encarregados da segurança pública é essencial para o bem-estar e tranquilidade da sociedade, que necessita sentir-se protegida para bem desempenhar suas funções produtivas. Assim sendo, visando o cumprimento eficaz desta estatal, a verba ora solicitada seria aplicada em viatura, motos, armamentos e outras melhorias na área de segurança pública do Município de Rolândia.

Desta forma, por ser fundamental a liberação do dinheiro acima mencionado, e por revestir-se a solicitação do mais alto interesse social, finalizamos, certos de que o povo de Rolândia será atendido em mais esta reivindicação.

REQUERIMENTO N° 741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Nicanor dos Santos e Silva, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Professora Hilda T. Kawal, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Parque San Remo I, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes,

até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se consideramos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Eliza, em Xambê.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial a Excelentíssima Sra. Margarida Procópio Maia, DD. Ministra de Estado da Ação Social, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a construção de creche Distrito de Porto Camargo, Município de Icaraíma.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Excelentíssimo Sr. Pedro Sérgio Martins, Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Sr. José Carlos Monzoni (Est. N. Vila Rica, s/n, Icaraíma).

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A obra reivindicada é de fundamental importância para atender as crianças daquela comunidade, principalmente as que residem nas ilhas às margens do Rio Paraná, pois na sua totalidade são desnutridas, não possuem escolaridade, enfim, seus pais vivem exclusivamente da pesca, mas na maioria das vezes, as enchentes fazem com que sejam obrigados a abandonar suas moradias, ocasionando problemas maiores.

A construção da creche no Distrito visa amenizar esse quadro, oferecendo condições higiênicas e adequadas para melhorar a qualidade de vida dessas famílias.

REQUERIMENTO N° 737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Sr. Alberto Policaro, MD. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que sejam realizados estudos para a implantação de uma agência bancária do Banco do Brasil, no Município de Douradina.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Sr. Ângelo Vicentin, DD. Prefeito Municipal de Douradina, ao Sr. Francisco A. Almeida (Rua P. Morais, s/n).

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se justifica tendo em vista que o município em tela é potencialmente viável economicamente, para funcionar uma agência do referido Banco, pois o volume de clientes versus depósitos é atrativo, com certeza.

Curitiba, segunda, em 15.04.91

A agência pleiteada atenderia as localidades de Santa Felicidade, Ouro Verde, Herculanópolis, Carboneira e Ivaté, este último distrito recém-transformado em Município.

Trata-se de reivindicação de toda a comunidade, de pequenos e médios agricultores que esperam do banco uma reciprocidade a nível social, pois a atuação do Banco do Brasil nos municípios brasileiros tem sido essa marca.

REQUERIMENTO N° 736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor CARLOS ALBERTO CHIARELLI, Digníssimo Ministro da Educação, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a reconstrução de 10 (dez) Escolas Rurais Municipais, no município de Icaraíma.

Do aprovado, requer ainda, seja encaminhada comunicação ao Excelentíssimo Senhor Pedro Sérgio Martins, Prefeito Municipal e ao Senhor José Carlos Manzoni, (Est. N. V. Rica, s/n - Icaraíma).

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As precárias condições físicas que se encontram as escolas rurais do município tem gerado grande apreensão nos pais que veem seus filhos correrem riscos diários quando estão estudando.

A Prefeitura não dispõe de recursos financeiros para a reconstrução e por ser de máxima urgência, inclusive com ameaça de se interromper o ano letivo, vimos solicitar a participação do Governo Federal.

Os estabelecimentos são:

- Escola Municipal Rural Afonso Meira;
- Escola Municipal Rural Emiliano Perineta;
- Escola Municipal Rural Nestor Vitor;
- Escola Municipal Rural Rocha Pombo;
- Escola Municipal Rural Duque de Caxias;
- Escola Municipal Rural Presidente Costa e Silva;
- Escola Municipal Rural Marechal Castelo Branco;
- Escola Municipal Rural São João;
- Escola Municipal Rural 31 de Março;
- Escola Municipal Rural Nossa Sra. Aparecida.

Conforme declaração do Prefeito Municipal, o município aplicou em 1990, 28,78% da receita em Educação, 48,61% do FPM foi destinado para Educação e 12,69% da receita Tributária municipal são gastos no ensino fundamental.

REQUERIMENTO N° 735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, mui Digno Superintendente da FUNDEPAR, solicitando recursos financeiros para a construção de duas salas de aula, sala de professores e dois sanitários na Escola Municipal Franklin Roosevelt, no distrito de Guaiporã, município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Otoniel Ferreira, e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser insuficiente à população estudantil da Escola Municipal Franklin Roosevelt, no Distrito de Guaiporã;

Considerando a necessidade de se dar condições adequadas de ensino aos estudantes e professores na referida escola;

Reivindicam a comunidade, os docentes e discentes da Unidade Educacional, para que a FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, recursos para a construção das dependências nominadas, através de convênio com a Prefeitura Municipal local.

REQUERIMENTO N° 734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial, a Excelentíssima Sra. MARGARIDA PROCÓPIO MAIA, Digníssima Ministra de Estado da Ação Social, solicitando recursos para a construção do Salão Comunitário na localidade do Jardim São Cristóvão, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto, ao Presidente da Associação do Jardim São Cristóvão, Senhor Manoel Pinheiro a/c da Prefeitura Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Jardim São Cristóvão, consciente de suas necessidades e da sua força reivindicatória junto aos poderes públicos, vem de há muito lutando para conseguir o seu espaço próprio para a Associação do Jardim São Cristóvão, para que seus associados possam se reunir e debater seus diversos assuntos.

No entanto, as dificuldades financeiras pelas quais passa a Entidade, impossibilita, por ora, a concretizarem essa as-

piração e, portanto, solicitam ao Ministério da Ação Social recursos financeiros para a construção de um salão comunitário, naquela localidade.

REQUERIMENTO N° 731

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Estado de Transportes, Dr. MÁRIO PEREIRA, solicitando a reativação do convênio entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo, que permitia o transporte fluvial de passageiros entre IGUAPE-SP e PARANAGUÁ-PR, pelo Canal do Varadouro.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente a finalidade básica de atender aos anseios das populações carentes da região atendida pelo antigo transporte fluvial, que era o único meio de transporte que os mesmos dispunham para se locomoverem até Paranaguá, cidade da maior importância na região, e que funcionou sempre a contento até cerca de 5 anos atrás, quando, com explicações dúbias tal serviço foi suspenso.

As localidades que serão beneficiadas pela reativação do transporte, são as seguintes: GUAPICU, TILICANGA, CANUDAL, VILA FÁTIMA, ARARAPIRA e BARRA DO ARARAPIRA, todas no município de GUARAQUEÇABA.

Tal reativação, atenderá a cerca de 500 famílias das localidades acima mencionadas, tendo portanto um grande alcance social, proporcionando certamente, um maior desenvolvimento econômico da região ribeirinha.

REQUERIMENTO N° 732

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para Creche Serra dos Dourados, em Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, que se dê ciência.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Serra

dos Dourados, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 714

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. MINISTRO DA SAÚDE, a Exma. MINISTRA DA ECONOMIA e ao DIRETOR-PRESIDENTE da SUCAM., solicitando a viabilidade da liberação de recursos para o combate à DENGUE, no município de Maringá-PR., tendo em vista o risco de uma epidemia na cidade.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Nota publicada no jornal "O DIÁRIO DO NORTE" de Maringá.

REQUERIMENTO N° 718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Ação Social, encarecendo a liberação de recursos para a construção de um centro comunitário no Bairro Pedreira, na Municipalidade de IRATI.

Um dos núcleos habitacionais mais antigos e populares daquela cidade, com mais de três mil moradores, o Bairro Pedreira se caracteriza por concentrar famílias de média e baixa rendas, razão pela qual necessita contar com algumas melhorias. Neste sentido, de conformidade com o Poder Legislativo iratiense e através da iniciativa conjunta dos Nobres Vereadores ORLANDO AGULHAN JÚNIOR e JOÃO BATISTA GURREIRO JÚNIOR, é fundamental a construção de um centro comunitário, que, entre outros aspectos importantes, será possível ter um local apropriado para inúmeros eventos, tais como reuniões e festividades.

Por tratar-se de um justo pleito, que essa Pasta inclua na sua dotação orçamentária a presente obra, e que a mesma venha a ser executada prioritariamente.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, o envio de

expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social e, ao Ilmo. Sr. Diretor Superintendente da Legião Brasileira de Assistência/PR. - LBA., solicitando urgência no repasse dos recursos financeiros às entidades assistenciais de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação prende-se ao fato que as entidades assistenciais de Maringá, por muitas vezes colocam em risco as atividades normais que necessitam se desenvolver no atendimento em média a 1.150 crianças, e, a seis meses não recebem verbas a que tem direito.

REQUERIMENTO N° 746

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, ouvido o Plenário, o envio de expediente (telegrama) ao Exmo. Senhor, Presidente da República, ao Sr. Ministro da Justiça, ao Exmo. Sr. Presidente do S.T.F., bem como aos membros das bancadas federais do Paraná (Câmara e Senado) apoiando o nome do Exmo. Sr. Desembargador Negi Calixto para vaga que se abrirá com a compulsória do Ministro Aldir Passarinho daquela Corte Suprema.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) JOSÉ TAVARES

APOIAMENTO:

Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Cleiton Kielse, Euri-des Moura, Neivo Beraldin, Toti Colaço, Durval Amaral Duílio Genari, Algaci Túlio, João Arruda e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Já não é de hoje que o Paraná faz por merecer presença nos Tribunais Superiores. Várias tentativas nesse sentido já fizemos e infelizmente, não logramos êxito. Agora, o Paraná com razão, pleiteia novamente este espaço. Além de termos tradição e mérito, seria uma justa homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado que completa este ano 100 anos de fundação. É de se destacar ainda que a última presença paranaense no S.T.F. data de igual época com Ubaldino do Amaral, como bem tem acentuado a imprensa paranaense, destacando-se a "Gazeta do Povo" e o "Estado do Paraná".

REQUERIMENTO N° 724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas regimentais que lhe são conferidas, requer, após ouvido o egrégio Plenário, seja solicitado do senhor Chefe do Poder Executivo Estadual e do Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina o envio a

este Legislativo de rol contendo o nome, função, data e forma de admissão, remuneração e lotação dos servidores (compreendidos funcionários, empregados e contratados) daquela autarquia.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas regimentais que são conferidas requer, após ouvido o egrégio Plenário, seja solicitado do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, o envio de certidão ou cópia reprográfica devidamente autenticada dos seguintes documentos referentes à pavimentação da Rodovia PRT 163, que liga o município de Pérola do Oeste à Pranchita:

1. projetos de engenharia;
2. processos licitatórios, incluindo as propostas encaminhadas e os relatórios correspondentes ao seu julgamento;
3. contrato celebrado com a empresa executora das obras e seus aditivos, se houveram;
4. rol dos pagamentos efetuados contendo data, valor, beneficiário e número do respectivo empenho.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) ERNANI PUDELL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 133/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de Tereza Cristina, desmembrado do município de Cândido de Abreu, conservando-se as divisas e confrontações do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Tereza Cristina, município de Cândido de Abreu.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A criação do município de Tereza Cristina, hoje Distrito Administrativo e Judiciário do município de Cândido de Abreu, é, além do desejo ardente do seu laborioso povo, uma questão de justiça, pelo grande valor histórico que representa nas páginas do nosso Estado.

Nos idos de 1847, o francês Dr. Jean Maurice Faivre escolheu aquele pedaço de chão para desenvolver suas atividades, colonizou, povoou Tereza Cristina, e implantou a primeira cooperativa no Brasil.

Sua população, hoje, tem um passado

timbrado pelo trabalho, amor à terra, e competência para pleitear a condução do seu próprio destino, através da sua emancipação político administrativa.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a essa douta Comissão, que, em caráter de urgência, seja convertido o Projeto de Lei que cria o Município de Tereza Cristina, em Projeto de Resolução.

De acordo com o artigo 237 do Regimento Interno, o Projeto de Lei em epígrafe está respaldado pela assinatura de mais de cem eleitores, residentes e domiciliados no Distrito Administrativo e Judiciário de Tereza Cristina, Município de Cândido de Abreu.

O inegável valor histórico que esse Distrito representa, por si só justifica atendimento ao pleito do seu povo, em prol da sua emancipação político-administrativa.

É de conhecimento dos nobres Pares que, na pequena localidade de Tereza Cristina, foi implantada a primeira cooperativa do Brasil, graças ao empenho e ao trabalho incansável de um eminente francês, Dr. Jean Maurice Faivre, que, tendo escolhido aquele pedacinho de Brasil para investir sua vida e seu grande talento, deixou para os seus pósteros, um exemplo de cooperativismo, bravura, luta e conquistas.

Pelo exposto, aguarda o pronunciamento favorável desta COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI N° 134/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1° da Lei n. 9351, de 23.08.90, e passa a ser a seguinte:

"Art. 1° - Fica criado o município de BRASILÂNDIA DO SUL, com território desmembrado do município de Alto Piquiri, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

Começa no Rio Piquiri, no ponto de encontro da linha de divisa entre as Glebas 11 e 14 do núcleo Rio da Areia, seguindo daí por esta divisa rumo Nordeste até alcançar o ponto de encontro entre as Glebas 6, 13 e 7 do núcleo Rio da Areia, deste ponto segue rumo Sudeste pela divisa entre as Glebas 7 e 13 até alcançar as Glebas 12 e 13 do núcleo Rio da Areia, segue pela linha de divisa entre as Glebas 12 e 13 até alcançar o Rio Piquiri, pelo qual desce até o ponto de divisa entre as Glebas 11 e 14, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

Apoioamento:

Nilton Barbosa.

PROJETO DE LEI Nº 135/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DAS MISERICÓRDIAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DO PARANÁ - FEMIPA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná - FEMIPA, não apenas atende àqueles requisitos da Lei Estadual nº 6994, como apresenta reconhecido mérito pelos trabalhos que desenvolve.

Criada em 12 de março de 1986, a FEMIPA é o órgão de representação e união das Santas Casas de Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná, com o intuito de colaborar com os poderes públicos e demais associações no sentido da solidariedade humana, social e econômico.

Detalhado, nos documentos apensados ao projeto, está o trabalho dessa respeitabilíssima entidade ao longo dos últimos cinco anos.

Certamente reconhecerão os Srs. Parlamentares, a FEMIPA, de Utilidade Pública, pelo belo trabalho que exerce, sobretudo em benefício da pessoa carente do Paraná.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Os jornais da nossa cidade e do Estado têm divulgado a posição do Governador Roberto Requião a respeito da luta dos trabalhadores do setor de educação do Estado do Paraná, e chegam, inclusive, a aplaudir quando diz que o Governador reduziu em 30% os investimentos das universidades neste ano para investir no primeiro grau.

Primeiro, gostaríamos de dizer a quem escreve os editoriais que anda aplaudindo essa decisão, que ele colocasse qual é o montante em dinheiro que está saindo da

educação da universidade para o primeiro grau.

É sabido que a Universidade Estadual de Maringá até agora no mês de abril não recebeu nada, e 30% de zero é zero mesmo. As demais universidades muito pouco receberam, o que vem provar que isso é demagogia do Governador e dos jornalistas que em editorial aplaudem essa decisão do Governo.

Ainda, Roberto Requião, assim como Álvaro Dias, vem desrespeitando a Constituição Estadual no seu artigo 181, quando coloca que as instituições de ensino superior do Estado terão recursos necessários à manutenção do pessoal na Lei Orçamentária do exercício em montante não inferior em termos de valor real ao do exercício anterior. O montante de 1991 programado em orçamento se não tiver verba suplementar é inferior ao montante de 90, assim como em 90 foi inferior a 89.

Dizer que os professores e trabalhadores das universidades e faculdades paranaenses são radicais indo para a greve, saibam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que desde 1987 o Governo não paga nenhuma pendência trabalhista junto a esses trabalhadores.

Só a Universidade Estadual de Maringá tem quatro grandes pendências que o montante somado, se o Governo não pagar levará parte daquela instituição a leilão para poder ser saldado. E no nosso entender a greve desses trabalhadores não tem nada de radical e sim é uma greve legal porque o Governo do Estado não cumpriu nenhum dos planos do Governo Collor nem o PC 1, quando dizia que tinha um abono ele chegou a cumprir porque não pagou esse abono ao pessoal que recebe salário baixo.

A Medida Provisória 291 que foi transformada em lei, que é a Lei nº 8178, também não está sendo cumprida, portanto essa greve é legal porque visa o cumprimento do que já está estabelecido.

Srs. Deputados do PMDB.

Antes de usar esta tribuna para criticar a posição nossa de cobrança de negociações, procurem enxergar a realidade. De setembro até março, a perda salarial é de 144%, e de setembro até agora o governo concedeu irrisórios 14,18%.

Quem é radical? O Governo de Requião, que usa o tacão e o autoritarismo, ou os trabalhadores, que vendo feridos os seus direitos se organizam para lutar por eles? Só de setembro para cá, esses trabalhadores se reuniram oficialmente com o governo Álvaro Dias 18 vezes e obtiveram 14,18%.

No atual governo fizeram já três reuniões com o secretariado de Requião, e Requião chama os trabalhadores de autoritários e radicais. Autoritário é o atual governo que conversa, que enrola e que re-

prime, ao invés de atender o que é de direito, e esse é direito mínimo, que é o direito já estabelecido pelo governo federal, que também tem massacrado o salário dos trabalhadores.

Portanto, ao invés de, sem fundamento, combater a nossa Bancada, se aprofundem, Srs. Deputados do PMDB, e se coloquem ao lado dos trabalhadores e levem nossas reivindicações ao Governador, para que ele atenda o que é justo e de direito dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia treze de abril, o jornal "Folha de Londrina" traz na sua página 12, uma reportagem que entristece o Paraná. Gostaria de me referir a este fato, para falar neste Pequeno Expediente.

As informações nos dão conta de que, um despejo de 250 famílias de trabalhadores rurais, que somam mais de mil pessoas e que desde 1988 se encontram produzindo alimentos e riquezas para si e para o município de Querência do Norte, estão sendo ameaçadas de despejo, no dia de amanhã. Das 250 famílias dos municípios de Amaporã, Reserva, Capanema e Castro, que após peregrinar vários anos, algumas famílias há dez anos na beira das estradas do nosso Estado, encontram ali, em Querência do Norte, numa área de terras improdutivas, de um grande grupo sonegador de impostos, e devedor dos cofres públicos do Paraná, o grupo Atalla, um lugar para trabalhar e produzir sustento para seus filhos.

Após três anos de trabalho e sossego, trazendo grandes benefícios a si e ao município de Querência do Norte, mais de mil pessoas vivem hoje num clima de desespero e revolta, e prometem resistir à ordem de despejo à custa de sangue, se for necessário. Uma carnificina estará sujeita a acontecer, se isto vier a ocorrer no Município de Querência do Norte,

O que a imprensa informa é que 700 policiais deverão ser transferidos para o local, e a Fazenda Pontal do Tigre poderá se transformar numa praça de guerra. O povo e as autoridades do município de Querência do Norte estão revoltados com a ameaça de despejo.

Transcrevo aqui, Srs. Deputados, Sr. Presidente, palavras do Prefeito da cidade, Sr. José Edegar Pereira:

"O despejo é uma injustiça. Eles chegam, arregaçam as mangas e estão produzindo. Eles impulsionaram o movimento do nosso município."

- Não queremos o despejo.

Esta frase é dita a todo o momento pela população da cidade, em defesa à permanência dos sem-terra na Fazenda Pontal do Tigre.

Palavras do comerciante José Mateus, da mesma cidade: "A chegada desses trabalhadores no município aumentou o meu movimento em 50%". O mesmo testemunho é dado por outros comerciantes, bem como pelo Prefeito quando declara que antes existiam dois açougues na cidade e hoje são quatro. Apesar da falta de estrutura, algumas famílias conseguem colher 550 arrobas de algodão por alqueire, quando a média no município é de 300 arrobas.

As 250 famílias estão ameaçadas de despejo amanhã, ocupando 950 dos 4.500 alqueires da Fazenda Pontal do Tigre, de propriedade do grupo Atalla, onde estão organizadas em comunidades com cinco escolas funcionando.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os agricultores e suas famílias fazem, através da imprensa, algumas indagações às autoridades, portanto a nós, Deputados, e ao povo do Paraná, que eu quero reprisá-las:

I - Não é mil vezes preferível a produção à continuidade daquele latifúndio improdutivo, ainda mais do grupo Atalla que o Governo sabe quem é?

II - Estamos negociando com o Governador do Estado a liberação de técnicos para acompanhar os assentados na área e dar orientação técnica. E justamente neste momento querem jogar nossas crianças e nossas famílias novamente à beira da estrada para morrer de fome. Isto é justo?

III - Será que o governo e as autoridades, principalmente a Justiça, não percebem o que está ocorrendo nas cidades como o inchaço de pessoas e o aumento das favelas?

IV - Não é melhor ficarmos aqui produzindo e fazer crescer o município, produzindo alimento para nossas duzentas e cinquenta famílias e para o povo de Querência e do Paraná do que termos que ir assaltar e roubar para sobreviver e dar pão para os nossos filhos?

São questionamentos das famílias dos agricultores.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, diz um agricultor: "Trabalhando e produzindo até aqui, por uma questão de justiça, temos que resistir a este despejo. Não podemos aceitar tão grave injustiça que se cometerá se isso ocorrer. Vamos intervir junto às autoridades competentes. Acreditamos que o Senhor Governador do Estado não enviará forças policiais militares para tal ato, isto já declarado no jornal pelo Prefeito da cidade, pelo seu compromisso, que sabemos que tem, com os peque-

nos produtores do Paraná".

O Governo Collor prometeu assentar mais de cem mil famílias por ano. A Reforma Agrária está sendo jogada de lado, às traças, e não é prioridade para esse Governo. No Paraná aproximadamente sete mil famílias estão assentadas em ocupações de terras hoje, o que representa a população de dois municípios de quinze mil habitantes cada um.

Há mais de quinhentos processos prontos com quase cinco milhões de hectares para serem desapropriados no INCRA. Houve algumas imissões de posse neste Governo pela gravidade dos conflitos e não pela sua iniciativa. O INCRA completamente esvaziado e politicamente sem nenhuma força não está tendo poder nenhum nos Estados; não tem funcionários suficientes, falta recursos, falta tudo para o INCRA. O INCRA no Governo Collor, neste Governo, virou uma tapera burocrática. Estamos, através desta Assembléia, enviando requerimento requerendo o envio de telex às autoridades competentes para que, hoje mesmo isto sendo enviado às autoridades competentes intervenham para sustação desta desgraça que ocorrerá em Pontal do Tigre e Querência do Norte amanhã se o despejo vier a ocorrer.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Três assuntos me trazem à tribuna, Senhor Presidente, nesta tarde. O Primeiro é para dizer que, no início da semana passada, em companhia do nosso Líder, Orlando Pessuti, e outros colegas de Bancada, estivemos com o Governador Roberto Requião pedindo a Sua Excelência que devolvesse o mais rápido possível a esta Casa a Mensagem n. 003/91 do Projeto de Lei n. 029/91, que trata de abertura de crédito suplementar de um bilhão, cento e sessenta milhões para a construção de um ambulatório médico do Hospital Universitário de Londrina.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a razão da nossa ida ao Governador Roberto Requião deveu-se ao fato de que esta matéria além de relevante, ela tem no seu conteúdo, no seu mérito, uma razão do maior interesse para Londrina e para a região norte do Paraná. Todos sabem que o Governo vem com uma determinação muito grande e diria até que com sacrifício enorme tentando viabilizar a construção do Hospital das Clínicas em Londrina e vem enfrentando dificuldades para a sua consecução. Neste sentido, outras parale-

las o Governo tem adotado: uma delas é exatamente esta a que me referi. Sua Excelência, o Governador sensível ao nosso apelo, porque todos sabem que ele retirou da Assembléia não só esta Mensagem, mas como as Mensagens que aqui tramitavam para uma melhor análise e a Mensagem então retornou à Casa e passou por todas as Comissões Técnicas competentes, recebendo em todas as Comissões, Pareceres favoráveis. Então como se trata de uma matéria que está em regime de urgência, eu apelaria a Vossa Excelência e ao douto Plenário que a incluísse na sessão de amanhã, dada a sua relevância e a sua urgência, Senhor Presidente. Os outros dois assuntos são dois Requerimentos sobre o mesmo assunto: um é sugerindo ou pedindo à Mesa, ouvido o Plenário, que constitua uma Comissão Parlamentar de três membros para encaminhar junto ao Senhor Excelentíssimo Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, a indicação do ilustre Desembargador Negi Calixto para uma vaga que se abrirá no Supremo Tribunal, com a compulsória do Ministro Aldir Passarinho nos próximos dias. Terá também esta Comissão, caso Vossa Excelência e o Plenário entendam perfeitamente cabível, a responsabilidade de encaminhar junto à sociedade civil paranaense, através da própria Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados do Paraná, das Associações dos Magistrados, do Ministério Público e dos Delegados de carreira, bem como evidentemente junto às bancadas federais na Câmara e no Senado. Todos nós sabemos que esta vaga ela é de competência privativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, mas para ter a sua confirmação convalidada nos termos da Constituição Federal, dependerá da aprovação pelo Senado da República. E como hoje lia nos jornais do Paraná que o Senador José Eduardo Vieira preocupado com esta questão de defesa dos interesses do Paraná, sem entrar em nome Sua Excelência já está se dedicando a esta questão e nós aqui da Assembléia estaríamos sugerindo um nome e por isso que eu tomei a liberdade de, paralelamente com a proposta de criação desta Comissão Parlamentar, também pegar o apoio dos colegas Parlamentares que porventura não tenham nenhum compromisso com outra indicação para o nome do ilustre Desembargador Negi Calixto. O Paraná, Senhor Presidente, há cem anos, há cem anos que não tem assento nos Tribunais Superiores, hoje em Brasília, ontem no Rio de Janeiro. Há cem anos que o Paraná não tem assento nos Tribunais superiores. Hoje em Brasília, ontem no Rio de Janeiro. Um Estado com a nossa história, com a nossa tradição, não se concebe, de maneira alguma, como é que pode ficar relegado a

um plano tão terciário nessa questão de participação nos Tribunais superiores.

Durante os anos que passei por Brasília, tive a oportunidade de participar de encaminhamentos de inúmeras sugestões.

Lembro-me aqui da indicação do saudoso Senador Accioly Filho, um dos parlamentares mais respeitados do Paraná no Congresso Nacional, no grande magistrado Milton Luiz Pereira, um dos grandes juízes desta República e lamentavelmente não logramos êxito.

Eu espero que desta vez, Senhor Presidente, o Paraná, numa justa homenagem ao Poder Judiciário deste Estado, que neste ano completa cem anos de existência, o Paraná seja merecidamente contemplado com esta vaga no Supremo Tribunal Federal e eu faço um apelo aos meus colegas, àqueles que ainda não subscreveram nenhum requerimento de apoio, que apoiem este requerimento que estamos aqui encaminhando para indicar o nome do desembargador Negi Calixto para esta vaga que vai se abrir nos próximos dias, com a compulsória do Ministro Aldir Passarinho.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado José Tavares, com relação ao segundo item do seu pronunciamento, já está na Ordem do Dia para amanhã.

No pequeno Expediente, ainda, está com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Um dos efeitos da praga de Alagoas que se alastra pelo Brasil, um dos efeitos colaterais tem sido a "síndrome dos marajás". Recentemente a imprensa nacional divulgava a existência de marajás na Previdência Social e se constata logo depois, que o problema era os "ratos de computadores", não eram efetivamente marajás.

A mesma coisa parece se abater sobre o Paraná. Sábado houve uma denúncia publicada pela imprensa do nosso Estado, a cerca da existência de marajás no Porto de Paranaguá.

Houve até a publicação em jornal de lista de salários de funcionários. Parece-me que o Governador Requião, desatento, acabou caindo numa armadilha. Digo isso porque todos sabemos que no Porto de Paranaguá existem duas categorias de trabalhadores, distintas.

Uma categoria é a dos estivadores, conferentes, consertadores, dos vigias portuários que se organizam em sindicatos e como tal têm a relação contratual apenas com os armadores. Armadores que, em movimento no Porto de Paranaguá são, em sua grande maioria, estrangeiros que representam 91% do movimento do Porto de Paranaguá.

Portanto, a relação desses funcionários organizados através dos sindicatos, é uma relação com a iniciativa privada mais especialmente e principalmente com armadores estrangeiros, multinacionais.

Existe uma outra categoria de trabalhadores no Porto de Paranaguá, que são, mais precisamente, arrumadores, portuários, esses sim, funcionários do Estado, da autarquia Estadual.

O que houve e nós podemos constatar, é que os contracheques que foram publicados pelos jornais, na verdade se referiam aos trabalhadores que são organizados em sindicatos. Portanto, não são funcionários públicos. Além disso é importante registrar aqui que esses trabalhadores tiveram realmente uma renda muito superior ao normal, no mês de fevereiro. Todos nós sabemos que essa renda veio da demanda de serviços que foi transferida do Porto de Santos, que estava em greve, para o Porto de Paranaguá.

Portanto, aquela remuneração que foi publicada nos jornais do Estado, se refere a algo regional e sazonal.

Isso é muito importante. E mais do que isso, o salário desses funcionários do sindicato, são pagos proporcionalmente ao trabalho. São pagos e calculados por tarefa.

Nesse sentido, me parece que o Governador Requião, sem perceber, acabou fazendo o jogo daqueles que defendem a privatização do Porto de Paranaguá.

Digo isto, porque sabemos que estas notícias sobre a existência de marajás no Porto foram repassadas exatamente pela Associação das Entidades da Iniciativa Privada que tem interesse na desregulamentação funcional do Porto de Paranaguá, o qual passaria às mãos da iniciativa privada, a qual inclusive teria condições de contratar trabalhadores por salários ínfimos.

Quer dizer, se passar tudo isto estaremos aqui acabando com uma conquista histórica do Sindicato dos Arrumadores nos portos. Então, me parece que o Governador do Estado, desatento, acabou cometendo uma gafe e jogando água no moinho daqueles que defendem a privatização.

Agora, nós também, do Partido dos Trabalhadores, não vamos nos calar quando soubermos da existência de alguma irregularidade. E aí prestando uma ajuda ao Governador do Estado para que identifique os verdadeiros marajás, aqueles pagos pelos cofres públicos, porque nós defendemos que aqueles funcionários que são pagos pelos Armadores internacionais ganhem bem mesmo, afinal de contas eles estão trazendo os dólares do Exterior para o nosso País.

Isto nós defendemos, que ganhem cada vez mais.

Estaremos apresentando hoje, um Requerimento nesta Casa para que a Administração do Porto de Paranaguá forneça uma lista completa de todos os funcionários e servidores públicos. Porque sabemos, e a imprensa tem noticiado, o povo de Paranaguá sabe da existência de políticos, advogados, assessores jurídicos que ganham verdadeiras fortunas naquele Porto como funcionários públicos e sequer lá prestam serviços.

Então estamos encaminhando requerimento neste sentido e temos certeza de que o Governador Requião saberá esclarecer e fazer um desagravo, inclusive, aos funcionários que foram acusados de serem marajás, e que sequer funcionários públicos são.

E ao mesmo tempo, que ele traga a esta Assembléia informações sobre o quadro funcional do Porto de Paranaguá, sobre os funcionários públicos, para que possamos identificar os verdadeiros marajás.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com satisfação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura, o mais novo Deputado nesta Casa.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero manifestar a minha alegria e satisfação de estar assumindo neste instante uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como Deputado. É verdade que gostaria de ter sido empossado como titular, mas não posso negar que estou alta e sumamente gratificado de estar assumindo mesmo como suplente, porque terei a honra e grata satisfação de trabalhar juntamente com os Senhores nos assuntos legislativos, especialmente aqueles que dizem respeito ao benefício para o nosso Estado, de uma maneira particular ao povo do Paraná.

Como Prefeito de Rolândia de 1983/1988, tivemos o privilégio de fazer uma administração, embora modesta, com muitas realizações.

Implantamos um Parque Industrial com mais de 50 novas indústrias oferecendo mais de 5 mil novos empregos. Tivemos o prazer de trabalhar no revigoramento da cafeicultura. Rolândia tem a denominação de "A Rainha do Café", e lá ainda, hoje mantém mais de 2 milhões de pés de café produzindo.

Conseguimos, como Presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranaense, juntamente com os Prefeitos da época, um trabalho dignificante, cujo resultado aí está, no que se refere a quebra do mo-

nopólio da citricultura que São Paulo mantinha há mais de trinta anos, com trabalho da AMEPAR, derrubamos aquele monopólio e aí está liberado o plantio de laranja e algumas indústrias se instalando no Paraná, no Noroeste, inclusive, Rolândia também, já aprovada, Cooperativa Agropecuária daquela cidade, a implantação de uma indústria de suco de laranja.

Tivemos um trabalho dignificante, no que se refere a grande Emenda "Passos Porto" 53/83, que deu um ganho real acima de 50% no Fundo de Participação, dos Estados e Municípios, aquela Associação que tivemos o prazer de liderar 83/85, teve um efetivo trabalho para a concretização daquela Emenda Constitucional, que passou de 10,5% o fundo de participação dos Municípios, para 17; e a emenda Sandoval, aumentou também mais um ponto percentual, indo para 18%. E a grande reforma tributária, que tanto se diz de 88 que foi inserida na Carta Constitucional de 88, apenas elevou o fundo de Participação dos Municípios, de 18, para 22 e depois 23 pontos percentuais.

Então acreditamos que é chegado o grande momento, de todos nós, de um modo muito particular e especial, os municipalistas, e nos parece que nesta Casa, tem acerca de 16 a 18 ex-prefeitos, que naturalmente, devam fazer, juntamente é claro, e me coloco à disposição para fazermos um trabalho grandioso, para a verdadeira descentralização dos recursos do Governo Federal, porque o Município tem que ser fortalecido e assim que pensamos.

Quero na oportunidade também, fazer um agradecimento grandioso a todos aqueles Senhores Deputados, que deram o seu voto a Artagão de Mattos Leão, indiretamente, nos conduzindo a esta Casa. A todos os Senhores, os meus profundos e sinceros agradecimentos e o meu reconhecimento aqueles Deputados que por esta ou aquela razão não deram o voto a Artagão de Mattos Leão.

Muito obrigado a todos vocês, quero também dizer que terei um prazer muito grande, é de meu desejo ser um amigo fiel e um leal companheiro nesta Casa de Leis, independentemente de partidos políticos.

Muito obrigado, encerro agradecendo a todos os Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhora Deputada, nobres Senhores Deputados. (Lê):

"Em virtude das notícias veiculadas pelos órgãos de divulgação mais importantes do Estado neste domingo, a respeito de

Marajás no Porto de Paranaguá, eu não poderia ficar indiferente ao verificar que as coisas não foram colocadas como deveriam.

Sempre concordei com a sabedoria popular quando diz que a pressa é inimiga da perfeição...

A pressa na divulgação dos trezentos e quinze (315) marajás da aposentadoria levadas ao Presidente Collor, deu no que deu, conquanto precipitasse a descoberta de inúmeros caminhos da fraude na Previdência e que estão sendo apurados.

Dentro desse processo de aqodamento, próprio dos que desejam ocupar espaços no poder e, por via de consequência na mídia, fizeram chegar ao Governador Roberto Requião uma lista com salários acima de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), como se esses salários fossem recebidos por servidores da Autarquia Portuária.

Vale registrar que quem levou tais notícias ao Governador, fez Sua Excelência incorrer em erro.

A desinformação não foi capaz de perceber que o Governo, por mais bem intencionado que possa estar, no afã de corrigir distorções absurdas nos salários dos trabalhadores não tem competência para aplicar, como diz que vai, um redutor nos salários dos conferentes ligados ao Sindicato próprio.

No caso dos salários desses conferentes, o problema diz respeito única e exclusivamente às agências de navegação, aos armadores e aos usuários que utilizam o Porto para Movimentação de suas mercadorias.

Os salários deste e de outros sindicatos de avulsos não tem nada a ver com a administração portuária. Até porque a "APPA" não tem servidores avulsos.

Estivadores, conferentes, arrumadores entre outros, têm seus salários na base da produção e isto significa que durante um determinado mês, um trabalhador pode faturar alto e, no outro mês não.

Tudo depende da movimentação de cargas no Porto e de quantas vezes, o trabalhador é requisitado dentro de um esquema de escala.

Isso significa dizer que o Governo do Estado e o Governador foram postos em uma situação constrangedora posto que, como afirmei, não compete ao concessionário estabelecer relações de emprego com aqueles sindicatos, ou pagar-lhes salários.

O que o governador pode e deve fazer, é acabar com o abuso do serviço extraordinário requisitado para os servidores da "APPA".

Mas, essa medida já deveria ter sido adotada; ou melhor deveria ter sido evitado o abuso ora registrado afinal, na área onde os abusivos extraordinários vem acontecendo,

pertencem ao Diretor de Operações, cujo titular é o Engenheiro Garrone Reck. E o Senhor Garrone Reck é titular no cargo há mais de dois (2) anos.

Como se pode compreender que um Diretor com tanto tempo no exercício da Diretoria mais importante da "APPA", não saiba desses abusos ou permita distorção tão absurda.

Eram esses os reparos que me cabia fazer, tendo em vista por o Paraná ao par da verdade e para que Sua Excelência, o Governador não seja municiado de informações que o levem ao constrangimento de admitir mais tarde não ter ele competência para entrar na seara dos Sindicatos aplicando redutor de salário como afirmou.

Entendo que o problema dos custos portuários deve ser um assunto de preocupação do Governo e de todos nós, se queremos um Porto competitivo.

Mais isso é outro assunto, para ser debatido, inclusive, com todos os trabalhadores.

Senhores Deputados, o Governo Requião precisa de colaboradores e não de admiradores.

Muito obrigado".
(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, Excelentíssima Senhora Deputada.

Segurança Pública tem sido um tema constantemente abordado nesta Casa, especialmente nesta nova Legislatura.

Também o Governador do Estado pronunciou-se a respeito da unificação das duas Polícias.

Ainda a respeito do mesmo assunto, o nobre Deputado José Tavares, que conhece sobejo a Constituição, fez brilhante pronunciamento, nesta Casa.

Entretanto, parece que ninguém tocou ainda no "X" do problema, que é o sistema como as polícias, tanto a Militar como a Civil, têm tratado a população do Esta-

Nós temos visto, e por exemplo, uma "blitz" de trânsito. Nós vemos um verdadeiro aparato policial. São dezenas de camionetes, são dezenas de motocicletas, os policiais portando armamento pesado, para o quê? Para uma simples verificação de documentos.

Entretanto, os módulos policiais estão abandonados, estão desativados, praticamente desativados.

Os módulos policiais que foram criados, em muito boa hora, para oferecer segurança real à população, estão pratica-

mente desativados. Por quê? Dizem que não há viaturas, que não existem recursos.

Entretanto, nós verificamos, repito, numa "blitz" de trânsito, um verdadeiro aparato policial, digno de um filme de cinema.

Então, nestas condições, eu faço um pronunciamento a esta Casa e espero no final, aprovação dos Senhores Deputados para que seja enviada uma cópia desse pronunciamento ao Senhor Governador do Estado, ao Secretário de Segurança, ao Comandante da Polícia Militar, porque nada adianta falar sem nós fazermos chegar às mãos do Governador, do Secretário de Segurança, do Comandante da Polícia Militar o que pensa o povo através de seus representantes sobre segurança pública.

Diz a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º que o organismo estatal, representando a sociedade, proclama e assegura a dignidade da pessoa humana, adotando princípio de respeito a sua inviolabilidade, além de garantir a aplicação da justiça.

É tempo pois, como representantes que somos do povo, de trazermos à consideração desta Casa e de Vossas Excelências os graves problemas da segurança pública, que segundo a própria Constituição, não se esgotam no aparelho estatal, por serem direito e responsabilidade conjunta no aparelho estatal, por serem direito e responsabilidade conjunta de todos os membros da nossa sociedade. Mas, acentua a Constituição, que nós votamos nesta Casa em seu artigo 46, a segurança pública é dever do Estado, sobretudo dever do Estado.

Em séculos passados, quando eram discutidas as idéias que formaram nosso modo de viver, civilizado e democrático, os pensadores insistiram que o primeiro dever do Estado é garantir a ordem pública para assegurar às pessoas o direito à vida e ao patrimônio, embora os sistemas de organização social tenham assumido inúmeras responsabilidades adicionais. Quero crer que mantenham esse compromisso inicial e definitivo, porque só o Estado - e exclusivamente o Estado - pode manter a ordem pública.

Ocorre que entre nós os padrões de segurança pública têm decaído continuamente e se faz a hora de discutirmos os problemas e soluções possíveis.

As considerações que trago a esta Casa estão embasadas não apenas no mais sólido interesse público, como na minha experiência de cidadão da responsabilidade do mandato, que confere a mais ampla competência para discutir os negócios do Estado. O que vemos senão uma organização policial, seja na Polícia Civil quanto na Polícia Militar, defasada em relação às exigências de uma população que cresceu para nove mi-

lhões de habitantes, se urbanizou, alterou seus padrões e costumes, tudo num País em permanente transformação?

Enquanto o crime não respeita divisas interestaduais e salta fronteiras de nações, a autoridade pública se posta inerte, porque a articulação entre as polícias estaduais é frouxa; a cooperação com o aparelho policial federal só agora começa, e o entrosamento sobre as fronteiras não passou de uma seqüência inicial de reunião de intenções.

Não obstante essa realidade desfavorável, aqui dentro de nosso território ainda observamos outras dificuldades.

A realidade das prisões mantidas no território paranaense assinala uma insuficiência de vagas que se traduz pela permanência dos presos e condenados nas precárias celas de carceragem das Delegacias de Polícia, facilitando fugas e dificultando a aplicação da lei penal.

Ainda, o processo penal e as insuficiências de sua execução levam a que os crimes sejam julgados dez a doze anos após a sua ocorrência; inclusive com o registro de homicidas que não foram levados a julgamento há uma década depois do fato delituoso, conforme assinalou o Juiz Presidente do 2º Tribunal do Juri, e isso acontecendo aqui em Curitiba. O que se dizer das cidades menores, o que se dizer das cidades pequenas, de médio porte, de pequeno porte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Inscrevo-me para um aparte na seqüência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Com todo prazer.

O SR. Algaci Túlio - Deputado Erondy Silvério, eu não queria interromper o seu raciocínio, mas Vossa Excelência volta a tocar num assunto por demais importante, que como disse, tem se comentado muito nesta Casa. Eu queria antecipar que nós conversamos ainda na semana passada com o novo Comandante da Polícia Militar, Coronel Capriotti e ele mostrou-se, na verdade, sensível à recuperação dos módulos policiais, e parece que nós teremos aí alguma possibilidade de que esses módulos voltem a atuar. Provavelmente até e eu deverei ter uma conversa com o Prefeito Jaime Lerner na tarde de hoje, ou o mais tardar amanhã, talvez até com a própria participação da Prefeitura; porque afinal de contas nas pesquisas realizadas recentemente com relação à própria Curitiba, um dos itens que mais tem pesado é a falta de segurança pública para o cidadão. Parece-me que deve haver um contexto entre Governo do Estado, a própria Prefeitura, no sentido de que se viabilize de alguma forma.

Não se admite que um módulo policial, que foi construído com o dinheiro do povo, - e muitos deles até construídos com o esforço em mutirão da comunidade, como em Umbará, a comunidade fez o módulo policial e este está lá servindo apenas como abrigo para os desocupados, para os marginais e como um local de depredação inclusive.

Vossa Excelência toca em um assunto importante. Temos nesta Casa a Comissão de Segurança Pública que deve também somar-se ao esforço de Vossa Excelência no sentido de que se cobre uma solução da autoridade. O que não pode é o módulo continuar servindo para desocupados, quando a cidade está carente por melhor segurança.

Vossa Excelência tocou também num assunto importante com relação às "blitzs" realizadas pela polícia. Na verdade, elas agilizam grande aparato que, às vezes, pode até trazer algum resultado mas, na verdade se fosse melhor distribuído em toda a cidade, talvez tivéssemos um resultado mais positivo.

Por esta razão, estou concordando com Vossa Excelência. Tem o nosso apoio. Nós que vivemos nesta área já há muitos anos, sabemos da importância do módulo policial. Claro que muitos deles foram construídos mais por interesse político, mas uma grande maioria tem uma fundamental importância na segurança de nossa população. Por isto acho que é necessário que façamos daqui, desta Assembléia, um esforço junto ao Comandante da Polícia Militar, ao Secretário da Segurança Pública, ao Governador e, se for o caso, da própria Prefeitura no sentido de que os módulos da cidade de Curitiba possam voltar a funcionar. Tem o meu apoio, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que é muito oportuno, ao mesmo tempo que me penitencio em não ter citado o nome de Vossa Excelência como um dos Deputados que mais tem batido pela Segurança Pública. Efetivamente a cooperação do prefeito de Curitiba, que é um homem de idéias largas, de métodos inovadores, é fundamental para que o Estado agilize, para que o Estado acorde do seu torpor e passe novamente a construir, reformar e manter os atuais módulos.

Além disto, é necessário que se faça um estudo acurado da localização destes módulos; porque vemos setores da cidade completamente abandonados, a sua população à mercê de assaltantes. Antes, ainda víamos aquelas duplas "Cosme e Damião", a dupla de cavalariões sempre policiando alguns bairros da cidade. Agora até isto acabou. De maneira que a população está aí indefesa e esta Assembléia tem o dever de acudir a população, não só da Capital, mas de todo o Estado do Paraná.

Como ia dizendo, são declarações do Presidente do Segundo Tribunal do Juri, que existe homicida que cometeu crime há mais de dez anos e não foi julgado. Milhares de mandados de prisão acumulam-se, sem cumprimento nas Delegacias especializadas. Mesmo porque, não haveria lugar para o recolhimento destas pessoas nas Penitenciárias estaduais. E também porque o assunto é complexo, ele passa por toda uma reforma no sistema de segurança. Não basta a unificação de polícia, não basta a construção de módulo. É preciso que passe por um sistema que seja repensado, o sistema de segurança no Estado, inclusive com a construção de presídios que possam, efetivamente, desempenhar suas funções, que é de recolher os marginais que estão aí sem julgamento, soltos, praticando novos crimes; porque não há interesse da Polícia em capturá-los; porque não existe lugar para prendê-los.

Tenho esta situação objetiva que, de si, não é favorável. Mas o que fazemos para amenizá-la? Na Polícia Civil as funções não são preenchidas. As viaturas estão deficientes em número e manutenção. "As delegacias de Polícia do Interior estão em estado pior do que as escolas", como reconheceu o próprio Governador do Estado.

Eu coloquei entre aspas essas afirmativas de que as Delegacias de Polícia do Interior estão pior do que as escolas, porque não é frase minha, é do próprio Governador do Estado. Pelo nosso regimento constitucional enquanto a Polícia Civil executa as funções de Polícia Judiciária e de apuração das infrações penais, portanto, um organismo policial de investigação a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo cabem à Polícia Militar. Mas ao tempo em que se conferia essa importante função à corporação policial fardada e militarizada, a Constituição deferiu outras atividades, ou manteve as que historicamente a PM praticava, como o policiamento do trânsito, a defesa civil, a prestação de socorros públicos, o combate a incêndios, o policiamento de florestas e mananciais, além de outras formas e funções deferidas em Lei, é o que diz a Constituição. Quer dizer, atribuiu-se à Polícia Militar uma soma tão baixa de funções que ela se torna incapaz de exercer a função relevante e principal para a qual foi instituída que é a manutenção da ordem pública. Então começa, também, o assunto para ser repensado numa reforma à Constituição do Estado, principalmente no capítulo da Segurança Pública, porque atribuíram tantas obrigações à Polícia Militar do Estado que ela acaba não cumprindo nenhuma a contento. Eu quero chamar a atenção nessa Casa para os fatos nessa linha, que é

preciso rapidamente corrigir ao lado de outros como a notória insuficiência de vencimentos em benefícios do "praça" o soldado, aquele que faz o policiamento de rua e que merece o nosso maior acatamento, porque também o que se paga ao policial é uma coisa de história de conto de "carochinha". Então se nós queremos eficiência do soldado, aquele que faz o policiamento ostensivo, o mais perigoso, aquele que está permanentemente em contato com o crime, é preciso que também tenham seus ordenados corrigidos. Sobre o objetivo alegado de compensar as rondas que antigamente eram feitas pelas duplas de policiais até, ou em viatura motorizada as históricas rádio patrulhas, a Polícia Militar passou a promover aquilo que já disse que o policiamento do trânsito, a chamada "blitz" do trânsito, o policiamento preventivo em determinadas ruas e locais da cidade, acho que todos aqui já viram, já sentiram aquele aparato onde a Polícia Militar com armas de grosso calibre enfiam na cara do motorista, com uma arrogância, exigindo uma simples verificação de documentos. Como é que para isso existe recurso. Essa coisa tem que ser modificada, por isso esse pronunciamento deve chegar, com a aprovação desta Casa, por benevolência desta Casa, deve chegar às mãos do Governador para que o Governador sinta o que o povo quer, porque nem sempre quem está no pedestal, quem está no topo do comando da administração do Estado sabe aquilo que realmente a população sente, o asco, a raiva, a impotência que sente o povo diante de uma "blitz" de trânsito. Quem ainda não foi parado aqui entre os Senhores Deputados por uma "blitz" dessa, e não sentiu uma raiva interior. Enquanto a cidade está desguarnecida, enquanto a população está a mercê de assaltantes e criminosos nós vemos um aparato monstruoso e gigantesco nas "blitz" de trânsito. Então isso é preciso que chegue ao Governador do Estado, porque se arma todo esse aparato bloqueando uma via pública em horários e locais inoportunos, inclusive horário de trabalho, onde o cidadão às vezes perde um compromisso porque foi detido por uma dessas "blitz" para abordagem de cada passante ou cada motorista, para ver se o certificado de propriedade está em dia, para verificar se o exame de vista não está vencido, não precisa toda essa "blitz" quando o incômodo do cidadão se resume na insuficiência de sinalização de uma "blitz" noturna, ou a demora na verificação dos documentos. O problema é de menor monta. Ocorre que por circunstâncias agravantes de treinamento inadequado ou prevalência de autoritarismo canhestro do período não democrático, a forma de abordagem hoje pode se tornar perigosa. Inúmeras

mortes têm sido praticadas nessas barreiras policiais. Nós tivemos aqui o caso de um ex-Deputado muito querido no Paraná, Deputado Alencar Furtado, que teve um filho covardemente assassinado numa dessas "blitz", numa dessas verificações de documento.

Tanto na Capital quanto no Interior do Estado, essas ocorrências são dolorosas e chocantes; ainda vão prejudicar o conjunto da população, porque fatalmente o Estado do Paraná será chamado a ressarcir o dano decorrente da perda de uma vida humana, com a indenização dos familiares das vítimas.

Agora nós tivemos ainda em Cornélio Procopio, um caso escabroso, mas o Estado certamente vai ser acionado e vai ter que indenizar a família daquela vítima.

Winston Churchill, o grande líder inglês que salvou a civilização nas duras contingências na batalha da Inglaterra, em 40, definia pitorescamente a democracia como um regime em que "o cidadão não tem o que temer quando vê o policial em ronda, a menos que possua débito com a Justiça"; mas aqui não, essas abordagens policiais que nós sentimos, deixa apavorado qualquer cidadão. E, às vezes, um gesto mais brusco na retirada de um documento do bolso, parece ao policial despreparado, que ele vai sacar uma arma e dar-lhe um tiro de escopeta na cara, como tem acontecido.

Então, já dizia Churchill e com muita propriedade: "que numa democracia verdadeira, o cidadão não tem o que temer quando vê o policial em ronda, a menos que ele possua um débito com a Justiça".

Eu acho que está na hora, de no romper do século 21, podermos proclamar o mesmo ditado do estadista britânico; adotando práticas e vigilâncias que inibam a violência policial, tanto quanto queremos manter a segurança geral da população.

É claro que não queremos que cessem as "blitz", nós queremos que elas se modifiquem, que elas tenham principalmente um horário que não prejudique o bom andamento do comércio, da indústria e da vida de cada cidadão. Nós queremos que seja mantida a segurança dada à população. Nós não estamos pleiteando aqui, que se acabem com essas "blitz". Agora, para isso é fundamental exigir uma adequação da polícia militar às suas funções originais. Atividades que não são típicas de polícia, e que configurem proteção especial às firmas e grupos particulares, devem ter um ressarcimento adequado, porque também exigem hoje a polícia militar deslocando às vezes contingentes, para proteção às firmas particulares.

Eu acho que isto até é muito correto, desde que se cobre a execução desse serviço. Ao mesmo tempo cumpre reduzir os efe-

tivos empregados em missões que não digam respeito a essa finalidade principal, por mais louváveis que sejam, ou então atribuídos a quadros femininos, organizações auxiliares, etc.

Polícia tem que estar é nas ruas; disciplinada, educada, ostensiva, presente; funções nos parques, nos clubes; outras, inclusive na área florestal e de trânsito, têm que ser revistas e redefinidas; por mais que protestem os autores da generosa Constituição, cujos ideais são mais amplos do que a capacidade da Nação, que concretizá-lo. Nós fizemos uma Constituição, tanto na área Federal, quanto na Estadual, que é muito difícil cumprir.

Seria necessário que o Paraná tivesse o orçamento da União, para cumprirmos a Constituição do Paraná. E seria necessário que a União tivesse o orçamento dos Estados Unidos para cumprir a Constituição Federal.

Essa é a grande realidade: nós, Legisladores, pecamos. Mas está na hora de verificarmos que a Constituição realmente não trouxe, não deu aquele toque de reunir que esperávamos. Não trouxe os resultados que a sociedade esperava, porque houveram excessos; houve excesso de atribuições principalmente no Capítulo de Segurança Pública.

Mas, policiamento deve ser exercido por profissionais bem pagos, bem assistidos, bem treinados, bem equipados. Devemos revisar tudo, desde a etapa de alimentação até uniforme, que é atribuído a cada praça.

O Governador do Estado, que recentemente assumiu conosco a responsabilidade de conduzir o Paraná, já declarou que vai se empenhar por investimentos para equipamento, comunicação e treinamento da força policial, postergando o ingresso de novos servidores para a área.

Está certo, é preciso que haja remanejamento de pessoal: tire onde está sobrando, a exemplo dessas "blitz", e coloque nos módulos policiais. Não há necessidade iminente de contratação de pessoal, mas existe, isto sim, de investimentos para equipamento, para comunicação, para treinamento da força policial. Isto é oportuno reclamar que nessa revisão seja providenciada a volta dos módulos policiais. Eu volto a insistir, e faço aqui um apelo ao vice-Prefeito da cidade, Deputado Algaci Túlio, que se empenhe junto ao Prefeito Municipal, para que ele tome a peito, porque ele é criativo. O Prefeito de Curitiba, embora os inimigos políticos que tenha, ninguém pode negar essas suas grandes qualidades, essas virtudes. Ele tem criatividade, e mesmo sem dinheiro, tem feito milagres na Prefeitura de Curitiba. Então, eu acho que se ele tomar a peito a questão

dos módulos policiais, que foram conseguidos, justamente para aproximar a polícia da comunidade, eu acho que o negócio vai melhorar. Tem que haver esse entrosamento Governo do Estado/Prefeitura. Tem que acabar com as quizílias políticas. O Senhor Roberto Requião já é o Governador, já ganhou a eleição; tem que acabar com as quizílias pessoais que ele tem com o Prefeito de Curitiba, que também foi escolhido pelo povo de Curitiba numa avalanche de votos até hoje recorde na história de Curitiba. Então, são dois homens de muita responsabilidade na Segurança Pública. É preciso que ambos se deem as mãos para que a população possa, efetivamente, se sentir amparada.

Hoje, os módulos estão fechados e as viaturas sucateadas, enquanto a polícia só aparece para essas "blitz" que nós já criticamos.

Precisamos repensar globalmente a Segurança Pública no Paraná, desde a redefinição das funções não típicas de polícia, que estão inseridas na Carta Magna do Estado, e que não são típicas da polícia, e que eu protestei na ocasião, mas o rolo compressor, estão aí os jornais da Casa, não nos ouviu na oportunidade. Então, nós temos que repensar a Segurança.

Nós temos que lutar pela valorização do treinamento na escola profissional para o policial, que agora passa a ser valorizada, circulando pela agilização de recursos transferidos, enfatizando a função eminentemente civil da Polícia Militar, mesmo quando os seus elementos estão fardados.

Eu acho que se o Governo do Estado gastar um pouquinho menos na mídia publicitária, se ele apertar um pouquinho a fiscalização do Departamento de Fiscalização de Rendas do Estado, se a sonegação for pelo menos reduzida - porque a sonegação nunca acaba, é como o inferno, nunca o pecador deixa de visitar o inferno porque o pecado nunca termina - há condições efetivas de nós oferecermos à população do Estado, se o Governo eliminar despesas inúteis e supérfluas, como nós verificamos em todos os Governos, eu acho que sobra, efetivamente, dinheiro para repensar a Segurança Pública.

Creio poder proclamar em nome desta Casa que esta Assembléia está pronta a considerar iniciativas sérias e oportunas da Administração Estadual nesta linha de pensamento que eu expus. Que elas leiam com a abreviação reclamada pelo interesse público.

Requeiro, Senhor Presidente, que ouvida a Casa, sejam enviadas cópias deste pronunciamento ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança Pública e também ao Comandante da Polícia Militar.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Erondy Silvério, permite-me mais um aparte?

(Assentimento)

Eu gostaria de aproveitar para cumprimentar.

Veja, Deputado, nós estamos tendo, atualmente, em todo o Paraná, momentos terríveis na área da Segurança. Aqui um policial civil matou um estudante; em Londrina, policial militar mata um estudante; em Cornélio Procopio, policial militar mata um mecânico; em Andirá, estivemos sábado à tarde e durante todo o dia de ontem, um quase linchamento de dois latrocidistas que mataram um motorista de táxi - a população se revoltou e acabou depredando a Delegacia, tocando fogo e queimando as Delegacias policiais, inclusive. Em Londrina, domingo à noite, informa-me a Deputada Emília Belinati, os policiais acabaram ateando fogo na Delegacia e matando um preso.

Isto tudo, Deputado, é resultado da superpopulação carcerária, as penitenciárias não têm mais espaço, as Delegacias de Polícia viraram minipresídios. Quer dizer, a polícia, que deveria estar na rua cuidando da população, está dentro das Delegacias e dentro das Penitenciárias cuidando de bandidos. Inverteu-se a ordem dos fatores. Quando a polícia deveria estar na rua cuidando da população, ela se obriga a ficar dentro das Delegacias que são minipresídios, cuidando de presos, quando os presos, a maioria deles, já são presos de justiça, já não têm mais nada a ver com a Segurança Pública, e sim problema de justiça. No entanto, não se constróem Penitenciárias e isto aí resulta esse acúmulo para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

Estamos agora vivendo em Curitiba a época dos balões e Vossa Excelência deve ter sido acordado domingo pela manhã, cinco horas, seis horas da manhã, com um terrível foguetório na cidade. Esses balões que causaram já cinco mortes em Curitiba, inclusive sábado à noite, num barraco na Vila Camargo acabou matando mais uma criança de dois anos e meio. Já havia provocado um outro incêndio num barraco na favela do Parolin, matando uma criança de um ano e meio. Já havia provocado a morte de uma criança que levou uma pedrada do dono de uma residência, quando tentava invadir uma firma para também lá apagar um balão.

Então, são problemas inúmeros que nós temos na Segurança Pública, que bem trouxe Vossa Excelência, num momento oportuno realmente, esse debate. É necessário repensar tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil. Há muitos policiais fora dos quadros da polícia fazendo, prestando serviços em outros setores, em serviços bu-

Curitiba, segunda, em 15.04.91

rocráticos dentro da própria Polícia Militar, dentro da Polícia Civil, igualmente ocorrem esse fatos.

Então, é necessário que se analise com profundidade. Se for o caso, até esta Casa terá que promover um debate a respeito da Segurança Pública, porque a continuar desta forma, Deputado Erondy Silvério, nós vamos continuar a ver esses fatos que estão acontecendo aí no Interior do Estado: as invasões. Ainda ontem, um atropelamento na Rodovia da Uva que vai para Colombo, atropelando uma criança, levou a população a bloquear a estrada, inclusive fazendo buracos com picareta no asfalto, revoltados que estão pela falta de segurança também.

Então, a Segurança Pública é realmente um caso sério. E me parece que o Governador em boa hora dedicou como terceira opção do seu Governo, a segurança. Claro que tudo passa pela educação. Um povo bem educado não precisa de polícia. A saúde é importante, mas segurança também é importante. São três fatores primordiais que eu realmente reconheço que em boa hora o Governador elegeu para administrar o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. E para concluir, eu acho que sem a programação da construção de novos presídios, o problema fica ainda parcialmente resolvido, embora se equipem as Polícias Militar e Civil, embora se arme, embora se treine, embora se melhorem os vencimentos, tem que passar também pela construção de presídios. Eu pergunto: nos últimos anos, quantos presídios foram construídos no Paraná? Nenhum. Isto é obra que não dá cartaz para Governo. Governo nenhum se incomoda em construir presídio, porque é como obra de saneamento: fica enterrada a obra de saneamento embaixo da terra, ninguém faz. E a construção de presídios também. Não é uma obra que toque de perto o entusiasmo da população. Por isso os Governadores têm relegado ao mais criminoso esquecimento a construção de novos presídios no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PMDB com a palavra.

Com a palavra, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Excelentíssimo Senhor Presidente, nobres companheiros Deputados.

É com grande satisfação que faço uso nesta tarde da palavra.

Nós estamos encaminhando nesta tarde,

um requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente solicitando a constituição de uma Comissão Especial para acolher denúncias contra a Previdência Social. A razão deste nosso requerimento prende-se que no Congresso nacional os Parlamentares brasileiros instituíram uma comissão especial para acolher todas as denúncias de fraudes contra a Previdência Social e efetivamente, nós pretendemos com essa comissão especial aqui na Assembléia Legislativa, colher todos os reclamos da população paranaense, da nossa sociedade, fazendo com que esta comissão especial possa canalizar todas as reivindicações da sociedade paranaense e todas as denúncias para os companheiros que fazem parte da CPI no Congresso Nacional.

O Paraná tem três Parlamentares no Congresso Nacional que fazem parte desta CPI: o Senador Affonso Camargo; o Deputado Federal, Reynold Stephanes e o Deputado Federal, Luiz Carlos Hauly.

Sabe-se que no Paraná os prejuízos à Previdência Social, montam a mais de cem milhões de dólares. Sabe-se que no Paraná são 568 processos por irregularidades, constituindo-se principalmente essas irregularidades, na falsificação de guias de recolhimento na Previdência Social. Já foram afastados, em nosso Estado, nove funcionários em razão dessas fraudes e nós entendemos que os Parlamentares do Estado do Paraná não podem ficar omissos. Portanto, requeremos essa comissão especial que deverá ser composta por cinco Deputados Estaduais, que canalizará todas as denúncias da sociedade paranaense à CPI do Congresso Nacional, para que, só assim, nós possamos elucidar de vez essas irregularidades que tem trazido inúmeros prejuízos para todos os previdenciários, para toda a nossa sociedade, principalmente para aqueles homens de bem, para aquelas mulheres de bem que pagam regularmente suas contribuições previdenciárias e depois veem suas pensões, seus rendimentos ou suas aposentadorias terrivelmente achatadas por uma política e uma administração que consegue fazer frente à necessidade dos tempos modernos, a modernidade que os tempos de hoje exigem.

Por isso, nobre Presidente, nobres companheiros Deputados, peço apoio necessário a este requerimento, a esta formação desta comissão especial, para que possamos colaborar definitivamente com a CPI do Congresso Nacional para elucidarmos as denúncias que existem no Paraná e no Brasil, contra a Previdência Social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra a Liderança do PL.

(Declina).

Liderança do PFL.

(Declina).

Liderança do PSDB.

(Declina).

Liderança do PT.

(Declina).

Liderança do PRN.

(Declina).

Liderança do PDT.

Com a palavra, o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ocupo este Horário da Liderança do PDT para fazer um apelo ao Senhor Prefeito de Paranaguá, que evite a deterioração do centro histórico daquela cidade, e largue mão dessa idéia esdrúxula, de cobrir de asfalto as pedras veneráveis da nossa cidade mais antiga.

Quero fazer uma súplica de orvalho pelas pedras de Paranaguá. As cidades são como as pessoas: elas têm caráter. O caráter de Paranaguá é exatamente esse ar de cidade colonial e casa com telhados de eira e de beira, de janelas verdes e azuis, porque os portugueses acreditavam, como os árabes que os dominaram por oitocentos anos, que pintando porta e janela de azul, se espantava o mau olhado.

Quero pedir pelas pedras de Paranaguá. Não tem nenhum sentido Paranaguá se transformar numa cidade qualquer. "Novarica", de asfalto novo-rico. Como estas cidades novas-pobres de Rondônia ou de qualquer dos sertões do Brasil.

Que adiantará aos paranaenses desta e de todas as gerações percorrer ruas lambuzadas de asfalto? Que servirá à história e ao futuro derrubar casarões, trocar janelas que molduraram o rosto com o sorriso dos nossos avós, por basculantes mesquinhos e mequêrefes? Quem visitará uma Paranaguá sem nenhum caráter, feita de casas de cimento armado, de janelas basculantes, de igrejas parecidas com estúbulos modernos, de ruas impermeáveis sem luz e sem sombra?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Um aparte, nobre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Onde fica a memória dos piratas?

Do combate do Cormorant? Do desembarque do capitão povoador? Onde as caravelas lançarão suas amarras? Onde os pescadores deitarão as suas redes? Em que mangues mariscos e caraquejos cumprirão o ciclo de vida? Em que alagado se encontrará novamente a imagem sagrada da Virgem do Rocio? As toadas de fandango feitas de viola, rabeca e tambor, esculpidos de madeira de

Caxeta, já não conhecerão a beira da terrina onde se serve o barreado. O pirão não se adaptará ao lacrar as bordas das panelas de pressão. O foguete não estourará, dará chabu, se a coisa não se fizer com os requintes do gosto do povo. Múmias de sambaqui, padres da Companhia de Jesus, Índios Carijós, escravos negros, portugueses desbravadores, e até imigrantes que desembarcaram com as malas cheias de sonho - como os avós árabes do Anibal Khury, os meus avós italianos - estes todos voarão em bando para os espaços cósmicos. Abandonarão Paranaguá das ruas de asfalto. Deixarão na cidade a desolação do asfalto e do cimento, do concreto sem arte e dos pré-moldados da construção civil. E Paranaguá servirá barreado em toalhas de plástico, com talheres de plástico, em vasilhas de polietileno, numa paisagem coberta de eternite de onde o verde e a vida terão sido expulsos em nome de um imbecil progresso sem alma.

O povo, sem compreender a história, seguirá dominado pelo rádio e pela televisão. E incapaz de compreender a sua identidade, poderá permanecer escravo, inconsciente, indigno da sua herança, já não terá capacidade de luta. E aí, aí Deus negará a Elias o passeio no carro de fogo. E ao invés de arrebatá-lo, justo, ciente da história, para os espaços cósmicos deixará que fique por aqui, cumprindo a condenação de não haver compreendido a sua gente, a nossa gente. Danado! Os pés presos no asfalto derretido, num inferno de calor, inferno sem caráter, sem memória e sem luz!

Valei-nos, Virgem do Rocio! Rocio quer dizer orvalho.

Venha o orvalho do teu manto cobrir as pedras de Paranaguá, impermeabilizá-las contra a imbecilidade!

Saia de novo, Virgem do Rocio, do fundo do mar, o brilho a tua proteção materna! E inspirem-se todos os corações para a compreensão de que só a história compreendida, discutida e assumida salva Paranaguá, o Paraná e o Brasil!

Tem o aparte, Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Gostaria de parabenizar o nobre Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca, o Senhor tocou no fundo do problema que é Paranaguá; foi muito importante que hoje todos os Deputados saibam o que é Paranaguá e o que vem acontecendo em Paranaguá. É muito importante que todos os Deputados saibam que Paranaguá pertence ao Paraná e não somente aos parnanguaras, e muito importante também que as Secretarias competentes do Estado do Paraná, principalmente a Secretaria de Cultura, invista no que nós temos

de mais sagrado que é a nossa cultura e que são as nossas raízes.

Então Deputado Rafael Greca, conte comigo nessa sua empreitada, estamos nós que vivemos em Paranaguá, sabemos das dificuldades e lutamos com os mesmos anseios que seja mantido os casarios, que se fabrique o turismo, que se recupere Paranaguá, que se venda Paranaguá para o resto do mundo, nós nos solidarizamos com Vossa Excelência, foi muito oportuno o seu pronunciamento, porque hoje aqui o senhor mostra a todo o Paraná, que Paranaguá deve ser conservada admirada e amada.

O SR. RAFAEL GRECA - Parnanguara de caráter o Deputado Fregonese, se associa a manifestação deste Deputado pelas pedras da cidade histórica tomar e o nosso Vicente Prefeito livre-se de ser o Elias da crônica, a quem Deus negará o carro de fogo para o passeio pelo céu, e abandone de vez por toda essa idéia imbecil de cobrir pedras com asfalto; porque asfalto em Paranaguá se pode, se deve fazer em bairros novos, o setor histórico deve permanecer mantendo na cidade o seu caráter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Troian, do PRN.

O SR. ARLINDO TROIAN - Sr. Presidente, demais Deputados, Sra. Deputada, Deputado que hoje vem pela primeira vez, assumindo na Assembléia, Deputado Eurides Moura, nosso ex-companheiro Prefeito, é uma grande satisfação usar pela primeira vez um microfone desta Casa de Leis.

Quero me solidarizar ao Deputado Ovídio Constantino, quanto ao problema do grande município de Querência do Norte.

Querência do Norte, segundo se consta aqui hoje, deverá talvez amanhã ter um despejo. Poderão acontecer fatos desagradáveis, talvez seja, e se isso acontecer por irresponsabilidade de dirigentes que passaram pelo nosso Estado, Secretários, que por lá passaram durante anos; que fizeram mirabolantes promessas de fazer assentamentos e de dar condições para aqueles pobres e sem terras, que estão lá abaixo de lonas, sofrendo privações, numa das melhores terras do Paraná. Porque isso eu digo, porque nós conhecemos, e tem mais Deputados que aqui estão, que por lá passaram pedindo votos e talvez nem se manifestem hoje, mas é a grande realidade que nós temos e uma das verdades do Paraná. Porque quatro mil e quinhentos alqueires de terras, das melhores terras que eu conheço do Paraná, tem áreas que produzem

setecentos alqueires de algodão, tem uma prova, Adeção, tem quarenta famílias instaladas lá com contratos de cinco anos que produzem em torno de quinhentas a seiscentas arrobas por alqueire e vivem muito bem, onde tem alguém que já arrumou o dinheiro e comprou uma propriedade própria e cedeu aquele lugar, para outros que não tem condições. Agora lamentavelmente, essas duzentas e cinquenta famílias que estão ameaçadas, de amanhã serem desapropriadas, eu pediria e acredito, o Governo passado não teve coragem de interceder junto ao Governo Federal ao INCRA, ou às autoridades competentes do Governo Federal, só comprovar esses mirabolantes... como até o Secretário nosso da Agricultura, hoje, era o Secretário da época, prometeu em Querência do Norte de dar uma solução para esses agricultores, que tanto estão fazendo e tanto estão produzindo por aquele Município. Eu disse e acredito, que se naquele município forem legalizadas essas terras, será o maior município do Noroeste do Paraná. E mais, hoje acredito no Governo Requião, que ele não vai se deixar passar 4 anos e que vai deixar amanhã, despejar esses homens, que estão batalhando, lutando para ter uma sobrevivência numa região que tem tudo. E quem é o proprietário desta propriedade? Dizem que é um grupo de homens que deve para o BADEP. E que muitas vezes Álvaro Dias veio aos jornais e televisões e disse que já havia solucionado o problema, que iria desapropriar as terras e dar condições para estes pobres agricultores, bóias-frias que estão lá, tentando sobreviver, neste "fundão" do Paraná.

Então, eu acredito no Governo Requião. Espero que o Secretário da Agricultura, apesar de não ser ele o que vai criar a lei, mas que ele tome iniciativa para que isto aconteça, porque foram feitas estas promessas em Querência do Norte.

E eu peço a Deus que não aconteça este despejo, amanhã, e que não vá correr sangue por falta de capacidade de dirigentes que só vêm prometer e fazer grandes promessas. E, que depois, só usam televisão e jornal e se esquecem daquilo que é mais importante num querido município. Está o Prefeito, até, hoje dizendo aqui que não é viável fazer isso. E ele é um dos homens que foi o maior coordenador da campanha do Governador Requião.

Eu espero que Requião ainda de hoje para amanhã tome uma iniciativa e que não deixe a polícia entrar para fazer, talvez, uma das maiores desavenças que já aconteceram no Noroeste do Paraná!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro Estadual. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 22/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Departamento Educacional e Social da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 08, de 25.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 022/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o Departamento Educacional e Social da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com

as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
MÁRIO BEZERRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 62/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Gil Stein Ferreira, com sede na cidade de Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 18, de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 062/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Stein Ferreira, com sede e foro no Município de Ivaí.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstância, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
MÁRIO BEZERRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 65/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que institui o dia estadual comemorativo da categoria dos vigilantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 19 de 01.04.91).

PROJETO DE LEI N° 65/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 65/91, de autoria do nobre Deputado Renato Adur tem como objetivo instituir o dia estadual comemorativo da categoria dos vigilantes.

Sua tramitação por esta Casa tem obedecido as disposições regimentais.

Tratando-se de matéria que tem por objetivo homenagear uma prestigiosa classe de trabalhadores paranaenses e não ferindo qualquer dispositivo constitucional, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

Curitiba, segunda, em 15.04.91

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator.

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 83/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que concede título de cidadania benemerita do Paraná ao Senhor Ary Grillo de Souza Lobo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 22, de 19.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo n° 2391/91

Projeto de Lei n° 083/91

Autor: Deputado Domingos Carvalho

Súmula: Concede o título de Cidadão Benemérito a Ary Grillo de Souza Lobo.

P A R E C E R:

O Deputado Domingos Carvalho propôs conceder o título de Cidadão Benemérito a Ary Grillo de Souza Lobo, nascido em Antonina, em 06.08.1909.

Juntou curriculum vitae, comprovando o cumprimento da Lei 4.638, de 13.09.1967, bem como a justificativa necessária.

Cumpre, portanto, todos os requisitos legais e em nada contraria os dispositivos legais e constitucionais vigentes. Opina-mos, pela aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 105/91, de autoria do PODER EXECUTIVO Mensagem n° 13/91), que aprova o crédito suplementar alterando o vigente orçamento da secretaria da Educação no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 30, de 08.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 105/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 013/91, o presente plano de lei, visa a aprovação desta augusta Casa de Leis ao crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros).

O pedido visa atender despesas com construção, reconstrução, ampliação e reparos de escolas, aquisição de material de consumo e permanente e o transporte de alunos as escolas, repasse de recursos fi-

nanceiros às escolas para a manutenção de suas atividades-meio, subvenções às entidades mantenedoras do ensino de educação especial. Mister se faz salientar que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação - Cota Estadual, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Procedida à análise legal e constitucional da matéria, nada encontra esta Comissão que possa obstar o normal trâmite da mesma por esta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 105/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 013/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros).

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 105/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 013/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros).

Sobre a matéria houve os pronunciamentos favoráveis das Douts Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Fi-

nanças.

No âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n° 17/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL e DURVAL AMARAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Iguatemi do Paraná. Com parecer da C.C.J., favorável à apreciação pelo plenário. (Publ. no D.A. n° 13, de 06.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 17/91

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Ernani Pudell e Durval Amaral, a Resolução n° 17/91, autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Iguatemi do Paraná, a ser desmembrado do município de Maringá.

O projeto se encontra dentro das exigências legais e constitucionais, sendo nosso parecer pela tramitação normal deste projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 17/91

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator requeiro a transformação do presente em diligência junto aos seus autores, para que se cumpra as exigências contidas na Lei Complementar n° 56, de 18.02.91, que regulamenta a criação, fusão ou desmembramento de municípios.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

Em votação.

O Sr. Basílio Zanusso - Peço a palavra para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados; nesta oportunidade em que se discute, em 1.^a discussão, projeto de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Durval Amaral, que visa autorização para realização de plebiscito para criação do município de Iguatemi do Paraná, eu queria fazer, não sei se sob forma de sugestão, algumas considerações.

A legislatura anterior votou, especialmente nos dois últimos anos de exercício, inúmeros projetos de lei criando vários municípios.

Faltava, no meu entendimento, até a Lei Complementar n° 56, que é de dezoito de fevereiro de 1.991, determinava, orientava a criação de Municípios, a Lei Complementar número 01/09/67. Lamentavelmente alguns projetos tramitaram e foram votados nesta Casa ao arrepio de dispositivos das leis que mencionei. Agora, com o surgimento da Lei Complementar n° 56, recente, as coisas tornaram-se muito fáceis para a criação de novos Municípios e sobre esse assunto pretendo apresentar, num prazo curto, projeto de lei alterando a Lei Complementar 56, que pelo menos no meu entendimento, as exigências são as mínimas; e o que me parece, como teto, como exigência maior, é a população de cinco mil habitantes, mas não fala em consulta às Câmaras Municipais, ou à Câmara Municipal do Município desmembrado, não fala da condição econômica financeira do Distrito que pretende ser Município. Me parece que a nossa Lei Complementar deixa muito a desejar, mas nós teremos oportunidade para discutir isso aqui em Plenário. O que eu estou me adiantando é apenas a forma de ver as coisas sobre o meu ângulo, sobre o que vejo. Acho, repito, que são muito poucas as exigências para a criação de Municípios com os dispositivos da Lei Complementar 56.

Agora, no caso específico do projeto que visa autorizar esse plebiscito para a criação de Iguatemi, que eu conheço bem, que quero crer que quase todos os Senhores Deputados aqui conhecem, é distrito de Maringá, a sede do distrito de Iguatemi não deve ser coisa de três a quatro quilômetros de Mandaguaçu; e a mim, quer me parecer, que o distrito de Iguatemi não deve ter cinco mil habitantes, mas também é pensamento meu. Agora, quando ao ser encaminhado, ao ser distribuído para o relator na CCJ, o Deputado Ovídio Constantino, dirigindo-se ao Presidente da Comissão, o Deputado Colombino, diz: "Na qualidade de relator, requeiro a transformação do presente em diligência junto aos seus autores

para que se cumpra a exigência contida na Lei Complementar 56." E o Deputado Presidente, Colombino, recebe em seguida o ofício dos autores do Projeto, dos Senhores Deputados autores, e dizendo à Comissão das exigências mínimas contidas na Lei Complementar 56, os Deputados autores do projeto entendem que estas providências devem ser à posteriori, quer dizer, a exigência de cinco mil habitantes; o requerimento de cem assinaturas é obvio que qualquer patrimônio pode fazer. Ao concluir aqui, retifico. Na correspondência, no ofício que faz então os Senhores Deputados autores, ou o Deputado Durval Amaral o seguinte: "Em atenção ao ofício tal, datado de 20 de março último, no sentido de atender o Deputado Constantino, Relator do projeto de resolução, com referência a problemas de exigências contidos em Lei Complementar 56/91, dispõe a criação pelos órgãos do Governo, temos a informar o seguinte: a Constituição estabelece que em seu artigo tal, entendimento e criação ...e fala aqui do requerimento das cem pessoas. Depois a Lei Complementar 56/91, que eu me refiro, que dispõe sobre a criação, fusão e desmembramento dos municípios, estabelece em seu artigo 1° que a criação, fusão e desmembramento do município depende de lei que será precedida da comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição Federal. Terceiro, já o artigo 5° da citada Lei Complementar estabelece que somente será admitida a elaboração de lei que cria o município se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta. E conclui com algumas considerações ao ilustre Presidente da CCJ, cujo ofício foi acatado. Quer dizer, acatado pela CCJ de que a Assembléia pode e deve votar projetos de resolução que autorizem a realização de plebiscito em distritos que pretendem se transformar em municípios, sem que provem a disponibilidade, ou a existência daquelas exigências mínimas que já me referi da lei complementar, isto é, pelo menos a existência de cinco mil habitantes, já que a Lei Complementar Federal anterior exigia uma população mínima de dez mil habitantes.

O que me traz à tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, é a discordância do acatamento deste argumento de que o projeto de resolução deve tramitar e ser feito o plebiscito para depois fazer-se projeto de lei. Gostaria que a CCJ discutisse novamente sobre a conveniência de se exigir, antes de vir ao plenário, que o distrito prove que tem aquelas exigências para a criação do município. Por quê?

Porque estaremos aqui autorizando a realização de plebiscito em alguns distritos sem a mínima condição de transformar em município, mas a Assembléia ao autorizar, ao aprovar a realização de plebiscito, cria uma perspectiva naquela população interessada na realização do plebiscito para a criação do município.

Portanto, este é o meu entendimento e o motivo que me traz aqui. Não sou contra a autorização da criação do distrito e sua transformação em município, mas gostaria que a CCJ antes de encaminhar à Presidência e esta colocar na Ordem do Dia para discussão destas matérias, que lá na CCJ se preencha e se atenda os requisitos da Lei Complementar 56.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, ouvindo o questionamento do nobre Deputado, nós, os autores do projeto, entendemos que ele tem parcial razão em suas colocações. Tanto que já foi requerido ao IBGE que forneça uma certidão sobre o número de habitantes do município. Informações que temos é que esta certidão deve ser fornecida em torno de três dias. Portanto, requeremos a V.Exa. a retirada da Ordem do Dia deste projeto por cinco sessões, até que o IBGE forneça esta certidão e possamos colocá-la no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está na fase de votação. Em consequência, não pode ser retirado da Ordem do Dia. Mas a Mesa atenderá o requerimento de V.Exa. na sessão de amanhã.

Em votação o projeto. APROVADO.

O projeto será retirado da Ordem do Dia por três sessões e não constará na Ordem do Dia de amanhã.

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 23/91, de autoria do Deputado NILTON CÉZAR SERVO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Água Boa. Com parecer favorável da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/91

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Nilton César Servo, objetiva autorizar a realização de plebiscito na área que espe-

cifica, para que a população decida sobre a criação do município de Água Boa.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, constatamos que a sua tramitação processual legislativa iniciou através do Projeto de Lei nº 230/90, e que cumpridas todas as exigências legais, foi transformado na Lei Estadual nº 9.406, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3.369 de 15 de outubro de 1990, encontrando-se no momento na forma legislativa do projeto de resolução com o objetivo de atender o disposto no parágrafo 2º, do artigo 238, do egrégio Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO da matéria, encontrando-se o projeto em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer, pela autorização da realização do plebiscito.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Sobre a mesa, requerimento nº 726, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 728, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 746, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 725, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 724, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente.- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 753, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino com apoio dos Senhores Deputados Doutor

Rosinha, Domingos Carvalho e Paulo Maia, constante do expediente.- Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Em razão da urgência deste fato do despejo de Querência do Norte, eu gostaria de solicitar de V.Exa. o envio desses telex solicitados, se possível ainda hoje às autoridades do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar o requerimento de V.Exa. por telex, apenas com uma ligeira modificação, de acordo com o Regimento Interno nós não devemos ou não podemos mencionar o nome da autoridade, mas faremos que seja juízo a 2.^a Vara Criminal de Maringá.

Está de pleno acordo, V.Exa.?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento n° 697, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, apoio dos Senhores Deputados Paulo Maia, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que o requerimento do Deputado Algaci Túlio de certa forma é desnecessário no presente instante. O artigo 35 do regimento trata das Comissões Especiais que serão constituídas através de requerimentos escritos, aprovados por maioria simples, com indicação do assunto a ser tratado, do número de membros e do prazo de duração. O presente requerimento só preenche o requisito n° 01, entretanto o fato concreto que é a fiscalização está amplamente coberto pela nossa Constituição do Estado, por essa razão, Sr. Presidente, e sabedores que somos e os jornais fartamente estão anunciando que este prédio, antiga residência oficial do Governador Álvaro Dias, a ele sendo dada uma destinação, qual seja, de abrigar a Secretaria de Justiça e a auditoria geral do Estado, não estando, portanto, neste momento, a cogitação sua venda, e que pese a autorização deste Parlamento, nós entendemos desnecessário o requerimento do Deputado Algaci Túlio e recomendamos a não aprovação do mesmo dado que no nosso entendimento em nada redundará nesse instante a aprovação do requerimento porque é para acompanhar o processo de venda, a alienação desse imóvel, que no presente instante não está a venda e sim destinado, conforme estão a dizer os jornais para ser preenchido, ocupado pela Secretaria da Justiça e auditoria geral.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Na verdade, Sr. Presidente, na última quarta-feira conversando com o Secretário Goyá Campos me informava que o Governador tinha interesse em utilizar a mansão como sede da Secretaria da Justiça. Na verdade o meu requerimento se torna desnecessário, porém, Sr. Presidente, eu vou transformá-lo no dia de amanhã num pedido de informações, porque nós temos aqui um pedido de informações e uma resposta que me foi enviada, de tudo o que existia dentro da casa, que passou a ser ocupada pelo ex-Governador Álvaro Dias, e evidentemente nós temos aqui um levantamento total do que existia dentro da casa. Nós queremos então, saber agora, e a partir de amanhã tentarei pedir informações, se tudo aquilo que existia enquanto o Governador lá estava, permanece ainda; se as obras de arte que existiam dentro da casa permanecem na casa ou foram transferidas para algum museu, ou coisa parecida, nos preocupa, porque eram realmente peças de valor e de repente quando se passa uma casa dessas a ser utilizada por uma Secretaria, nós sabemos que muito desses objetos acabam ficando deteriorados, jogados num canto desta casa, no porão estragando. É esta a nossa preocupação. Então, eu retiro este meu requerimento, vou transformar amanhã num pedido de informação, num levantamento do que é que restou da casa, após a saída do ex-Governador.

Longe de mim imaginar e pensar, pode alguém estar pensando assim, de que o ex-Governador tenha, na mudança levado alguma obra de arte ou coisa parecida.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradecemos o Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o requerimento.

Requerimento n° 710, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já é com discussão adiada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós vamos aprovar também este requerimento do Deputado Algaci Túlio, por se tratar de uma moção de preocupação, não se trata de uma moção de repúdio, nenhuma advertência ao policial Clóvis Bueno Galvão. E com referência a preocupação, é evidente que, até nós ao lermos a notícia ficamos preocupados.

Mas conhecendo como nós conhecemos o profissional Clóvis Galvão desde os tempos em que éramos moradores da Casa do Estudante Universitário do Paraná, a CEU, e conhecendo o seu trabalho à frente da inicialmente subdivisão de Apucarana, depois de Ponta Grossa e hoje de Londrina, e com passagem em Curitiba, nós acreditamos que o Dr. Clóvis Galvão, "o bom baiano", como é conhecido, possa ter sido mal interpretado ou sei lá... embora nós conhecemos e respeitamos sempre a posição do jornal "Folha de Londrina" que reputamos um dos melhores desse País, nós entendemos que ele tenha sido mal interpretado em suas afirmações. Mas, não vemos nada de mal, com referência a conduta desse profissional da Polícia Civil, Dr. Clóvis Galvão, em aprovarmos aqui uma moção de preocupação, porque a preocupação existiu para todos nós quando lemos a entrevista na "Folha de Londrina", e é uma oportunidade para que possamos nós ser esclarecidos acerca dessa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a requerimento, conservem-se como estão. APROVADO.

Requerimento n° 731, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 745, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 716, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 718, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 727, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 713 e 714, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 721, 722 e 723, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 715 e 743, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741 e 742, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 747, 748, 749 e 750, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Srs. Deputados Rossoni, Arlindo Troian e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 751 e 752, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 675, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já quer encaminhar pela segunda vez, não?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não. Nós pedimos para discutir, na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ah, sei. Então, Vossa Excelência pode encaminhar a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente.

Da mesma forma que havíamos encaminhado a anterior, nós entramos em contato com a Secretaria do Planejamento, e as respostas para este Pedido de Informações, do Deputado Hermas Brandão, elas devem ficar prontas, talvez até amanhã, ou mais tarde, depois.

Portanto, entendemos que a tramitação desse Pedido de Informações será o mais rápido possível, não precisando que se cumpra todas aquelas formalidades. Era intenção nossa trazer hoje essas informações, para entregá-las pessoalmente ao Deputado Hermas, e se satisfeito estivesse, o mesmo poderia retirar o Pedido de Informação. Como não chegou até o presente momento, nós recomendamos à nossa Bancada, que também aprove esse pedido de Informações, e louvamos aqui a iniciativa do Deputado Hermas, que sempre preocupado e zeloso pelas coisas do Estado do Paraná, procura com este requerimento de Pedido de Informações esclarecer dúvidas para ele e para estes parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

22, 62, 65, 83 e 105/90.
e do Projeto de Resolução nº 23/91.

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs
10, 29, 80, 85 e 100/91.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de hum mil, novecentos e noventa e um, no auditório Luiz Gabriel Sampaio (Plenarinho), reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski e os seguintes Deputados membros da Comissão: Basílio Zanusso, Albino Corazza, Renato Adur, Duílio Genari, Heinz Georg Herwig, Dobrandino Gustavo da Silva. Compareceram também à reunião, os Deputados Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Paulo Maia, Antônio Toti Colaço Vaz, Edson Silva Lino, Elio Lino Rusch, Nelson Garcia, Cezar Augusto Carollo Silvestri e Cleiton Kielse, assim como o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Elias Abraão, convidado pela Presidência desta Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, agradecendo ao Senhor Secretário de Estado por ter aceito e comparecido à reunião. Logo após, concedeu a palavra ao Secretário Professor Elias Abraão, que discorreu sobre a política a ser adotada em sua Pasta, sendo indagado sobre diversos aspectos concernentes à educação em nosso Estado pelos Senhores Deputados presentes, conforme notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante desta. Logo após o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais, para produzir os efeitos

legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados presentes, pelo Senhor Presidente desta e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário.

(aa) Deputado ALCEU SWAROWSKI
Presidente

ALAN MARCOS ANDRADE
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril de hum mil, novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Renato Adur, Mário Bezerra e João Iensen. Havendo número legal, o Senhor Presidente Deputado Alceu Swarowski, declarou abertos os trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 105/91, oriundo do Poder Executivo, Mensagem nº 013/91. Parecer FAVORÁVEL do Relator Deputado Renato Adur, sendo aprovado pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais membros da Comissão e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário desta.

(aa) Deputado ALCEU SWAROWSKI
Presidente

ALAN MARCOS ANDRADE
Secretário